



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2016/204752-5 25 mai 2016 15:48
JUCERJA Guia: 101972093

3330030644-7 Atos: 304
PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
HASH: M46052047525Q

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA Nº DE M/ AUXILIAR

33.3.0030644-7 205-4

(vide Tabela 1)

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 518,00 DNRC » Calculado: 21,00 Rago: 518,00 Pago: 21,00
ULT. ARO.: 00002855499 30/12/2015 301

1- REQUERIMENTO

ADO DO RIO DE JANEIRO

E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33.3.0030644-7
Protocolo: 00-2016/204752-5 - 25/05/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
DATA ABAIXO.

00002907167

DATA: 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

DATA	Nº DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATU / EVENTO
01	008	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

RIO DE JANEIRO
Local
24.05.16
Data

Nome: CLAUDIO JOSÉ E SILVA
Assinatura: *[assinatura]*
Telefone de contato: (21) 3487-4801

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em ordem.
A decisão.

Data

NÃO

Data

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Turma

Vogal

JUCERJA
Natan Schiper
Vogal

ID. Func: 4441922-0

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

[assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4270205

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.**

NIRE: Nº 33.3.0030644-7

CNPJ: Nº 04.207.640/0001-28

DATA, HORA, LOCAL: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede social da Companhia, localizada na Rua da Alfândega, 41/8º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.070-000.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada, nos termos do Artigo 124, §4º, e Artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76, com a presença da única acionista Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

MESA: Presidindo a Assembleia a Srª. Gabriela Blanco Vieira, que convidou a mim, Srª Marcela Eira da Silva, para secretariar os trabalhos.

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Deliberar sobre (i) as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2015 da Companhia, considerando o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, acompanhado do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que integra esta Ata como Anexo 01; e (ii) a proposta para Distribuição do Lucro Líquido do exercício social de 2015, na forma das Demonstrações Financeiras.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS autorizou a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme dispõe o art. 130 da Lei nº 6.404/76, e resolveu, na qualidade de única acionista, sem quaisquer ressalvas de qualquer natureza:

- (i) Aprovar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2015 da Companhia, considerando o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, acompanhado do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- (ii) Aprovar Distribuição do Lucro Líquido do exercício social de 2015, na forma das Demonstrações Financeiras.

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberar sobre (i) a fixação do limite máximo anual global da remuneração da Diretoria Executiva da Companhia.



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016



4270206

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS autorizou a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme dispõe o art. 130 da Lei nº 6.404/76, e resolveu, na qualidade de única acionista, sem quaisquer ressalvas de qualquer natureza:

- (i) Aprovar o limite máximo anual global para o período de abril de 2016 a março de 2017, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355 e do parágrafo único do Decreto nº 8.189/14, de até R\$ 3.717.851,42 (três milhões, setecentos e dezessete mil oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos), a título de remuneração dos administradores, aí incluídos os honorários mensais, gratificação de férias, gratificação de natal (13º salário), passagens aéreas, previdência privada complementar, assistência médica, auxílio moradia na forma prevista no Decreto nº 3.255, de 19 de novembro de 1999, bem com os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social, sendo vedado expressamente o repasse aos respectivos honorários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT na sua respectiva data-base de 2015, cabendo à Diretoria Executiva a sua individualização.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Presidente determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à redação desta Ata, que foi preparada e lida por mim, Secretária, e aprovada pela única acionista, sem reservas ou ressalvas, sendo posteriormente encerrada a Assembleia e assinada a Ata pelo Presidente, pela acionista presente e por esta Secretária.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016.

PRESIDENTE DA MESA

SECRETÁRIA DA MESA

Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
Acionista

Ministério de
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATORIO DA ADMINISTRACAO

À acionista:

A Diretoria Executiva da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossa Senhoria o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes das notas explicativas e de um sumário das principais atividades da Companhia ao longo do ano.

Perfil da Companhia

A PB-LOG é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, cujo principal foco é o fornecimento de serviços no segmento de exploração e produção para Consórcios com atuação offshore operados pela PETROBRAS, mas também com possibilidade de atuação em Consórcios onde a PETROBRAS participa como não operadora e, ainda, naqueles Consórcios não integrados pela PETROBRAS.

Integrante do Sistema Petrobras, a PB-LOG disponibiliza a maior infraestrutura de serviços de E&P disponível no Brasil, cobrindo quase que integralmente a costa brasileira e já se encontra instalada junto aos principais campos produtores offshore. Essa característica permite à PB-LOG dispor de um amplo rol de bens e serviços oferecidos de forma integrada para os seus clientes, tais como:

- Logística Integrada - Serviços de Transporte Marítimo, Aéreo e Terrestre, Armazenagem, Portos, além de resposta a emergências e desocupação médica;
- Poços - Perfuração, Revestimento, Cementação, Perfuração, Estimulação, Manutenção, Avaliação, Manutenção e Serviços Especiais;
- Engenharia Submarina - Interação Submarina, Ancoragem, Avaliação Biológica, Manutenção, Inspeção e Instalação de Equipamentos Submarinos.

Mensagem da Administração

O ano de 2015 representou um marco importante para a consolidação da Companhia no segmento de E&P, como provedora de serviços logísticos integrados, destacando-se a diversificação e ampliação de sua atuação nos serviços de perfuração, completação e manutenção de poços, bem como de avaliação de formações. Iniciamos, ainda, a prestação de serviços de engenharia submarina, atuando na caracterização biológica do leito marinho no Campo de Libra.

Outro aspecto importante foi a extensão da área de atuação da PB-LOG, inicialmente estabelecida nas Bacias de Campos e Santos para as Bacias do Espírito Santo e Sergipe/Alagoas.

Em linha com a proposta de consolidar a Companhia como proeminente prestadora de serviços de E&P no Brasil, iniciamos o ano de 2015 com 5 clientes Consórcios de E&P, e encerramos o exercício com 14 Consórcios de E&P. Os contratos mais relevantes foram aqueles celebrados com BM-ES-23, BM-S-11 e Libra, que se somaram aos contratos já existentes, celebrados com Albacora Lesle, BC-20 (Papa-Terra), BM-S-8 e BM-S-9.

Como reconhecimento dos resultados alcançados em 2014, a PB-LOG conquistou, na edição de 2015 do prêmio "Melhores do Transporte e Melhores do Transporte", dois prêmios nas categorias "Melhor operador logístico e armazenagem" e "Melhor entre as melhores do setor operador de transporte".



O crescimento da PB-LOG não se deu apenas no aspecto operacional, a Companhia também experimentou um

A Administração da PB-LOG monitora as práticas de controles internos, por meio da Auditoria Interna, que tem as seguintes atribuições: auxiliar a organização a manter controles efetivos a partir da avaliação de eficácia e eficiência e da promoção de melhorias contínuas; assegurar o gerenciamento eficaz do desempenho organizacional e a prestação de contas; promover a ética e os valores apropriados dentro da empresa e comunicar as informações relacionadas aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da empresa.

As práticas contábeis foram adaptadas aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Asseguremos sinergia com relação às práticas contábeis e de governança adotadas para as empresas do Sistema Petrobras.

Gestão de Negócios

A PB-LOG norteia-se pelas seguintes diretrizes de organização e gestão:

- Assegurar transparência, tratamento equânime aos públicos de interesse, prestação de contas e responsabilidade social e ambiental;
- Zelar pela observância dos aspectos legais e estatutários, bem como o respeito à execução dos atos societários;
- Atuar de forma alinhada às orientações estratégicas e corporativas definidas pela Assembleia Geral;
- Utilizar a estratégia do Sistema Petrobras como direcionadora e empregar a gestão por processos como referência na configuração da estrutura organizacional;
- Adotar padrões competitivos de processos de gestão do Sistema Petrobras;
- Priorizar o compartilhamento de serviços na realização de processos de suporte, de forma a minimizar o uso de estruturas internas, mediante a assinatura de contratos de prestação de serviços e compartilhamento de custos;
- Garantir que o modelo de organização e gestão viabilize a mensuração do desempenho do negócio; e
- Pautar todas as atividades da Companhia baseadas no Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões envolvendo partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado e têm como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em observância às políticas e diretrizes referentes à transação com partes relacionadas. Não obstante, o sistema de controles internos, a exemplo da PETROBRAS, observa o atendimento dos principais requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- Lei 12846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos nossos parceiros e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, administração direta e indireta, aqui abrangidos Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela PETROBRAS.

Indicadores e Destaques dos Resultados Econômico-Financeiros

Indicadores Operacionais

Indicador	2015	2014
Unidades Marítimas atendidas em serviços de construção de poços e avaliação de formações (sonda.ano) ¹⁾	153	4,6
Unidades Marítimas em produção (Unidade de Produção.ano) ²⁾	8,8	2,3

1) Quantidade de Poços e Avaliação de Formações em 2015 e 2014

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Mensagem da Administração

O ano de 2015 representou um marco importante para a consolidação da Companhia no segmento de E&P, como provedora de serviços logísticos integrados, destacando-se a diversificação e ampliação de sua atuação nos serviços de perfuração, completação e manutenção de poços, bem como de avaliação de formações. Iniciamos, ainda, a prestação de serviços de engenharia submarina, atuando na caracterização biológica do leito marinho no Campo de Libra.

Outro aspecto importante foi a extensão da área de atuação da PB-LOG, inicialmente estabelecida nas Bacias de Campos e Santos para as Bacias do Espírito Santo e Sergipe/Alagoas.

Em linha com a proposta de consolidar a Companhia como preeminente prestadora de serviços de E&P no Brasil, iniciamos o ano de 2015 com 5 clientes Consórcios de E&P, e encerramos o exercício com 14 Consórcios de E&P. Os contratos mais relevantes foram aqueles celebrados com BM-ES-23, BM-S-11 e Libra, que se somaram aos contratos já existentes, celebrados com Albacora Leste, BC-20 (Papa-Terra), BM-S-8 e BM-S-9.

Como reconhecimento dos resultados alcançados em 2014, a PB-LOG conquistou, na edição de 2015 do prêmio "Maiores do Transporte e Melhores do Transporte", dois prêmios nas categorias "Melhor operador logístico e armazenagem" e "Melhor entre as melhores do setor operador de transporte".



O crescimento da PB-LOG não se deu apenas no aspecto operacional, e Companhia também experimentou um significativo crescimento dos seus resultados econômico-financeiros, apurando um Lucro Líquido de R\$ 773 milhões, com EBITDA de R\$ 857 milhões no ano.

A consolidação dos nossos negócios e a perspectiva de crescimento em condições sustentáveis estarão consignadas no Plano Anual de Negócios 2016 e serão reafirmadas no Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

Governança Corporativa

A PB-LOG foi criada em novembro de 2012, com o objetivo de atender as demandas por serviços logísticos na área de E&P. Posteriormente, em 2014, a sua atuação foi expandida face à necessidade de responder aos novos desafios apresentados.

A Companhia desenvolve os seus negócios orientados nas práticas de Governança Corporativa do Sistema Petrobras, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios de transparência, ética e responsabilidade corporativa.

A governança corporativa da Companhia é exercida pela atuação (i) da Assembleia Geral, órgão deliberativo máximo; (ii) da Diretoria Executiva, órgão executivo composto pelo Diretor Presidente e pelos Diretores individualmente e (iii) da Auditoria Interna (Figura 1). A Diretoria Executiva da Companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações e um Diretor Corporativo e Financeiro.

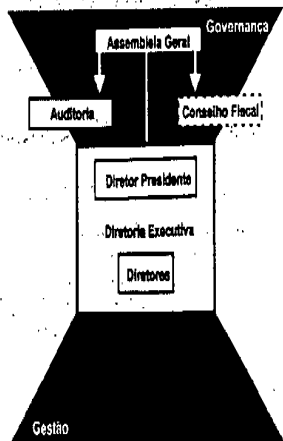


Figura 1: Sistema de Governança da SOCIEDADE

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Companhia, reservando matérias para deliberação exclusiva de sua acionista.

O Conselho Fiscal da Companhia possui função não permanente, não tendo sido instalado no exercício social de 2015. Ressalta-se que o mesmo poderá ser instalado a qualquer momento, conforme previsto no Artigo 161, da Lei nº 6.404/76 e no art. 22 do Estatuto Social da Companhia. O Conselho Fiscal visa garantir o exercício do acionista de fiscalizar a gestão dos negócios, os resultados apresentados pela administração e as variações patrimoniais.

A Companhia possui o órgão de Auditoria Interna, que tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender as demandas dos órgãos de controle e fiscalização como: TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros, com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação

- Utilizar a estratégia do Sistema Petrobras como direcionadora e empregar a gestão por processos como referência na configuração da estrutura organizacional;
- Adotar padrões corporativos de processos de gestão do Sistema Petrobras;
- Priorizar o compartilhamento de serviços na realização de processos de suporte, de forma a minimizar o uso de estruturas internas, mediante a assinatura de contratos de prestação de serviços e compartilhamento de custos;
- Garantir que o modelo de organização e gestão viabilize a mensuração do desempenho do negócio; e
- Paular todas as atividades da Companhia baseadas no Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões envolvendo partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado e têm como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes referentes à transação com partes relacionadas. Não obstante, o sistema de controles internos, a exemplo da PETROBRAS, observa o atendimento dos principais requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- Lei 12846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus parceiros e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, administração direta e indireta, aqui abrangidos Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela PETROBRAS.

Indicadores e Destaques dos Resultados Econômico-Financeiros

Indicadores Operacionais

Logística Integrada	2015	2014
Unidades Marítimas atendidas em serviços de construção de poços e avaliação de formações (onda.ano) ⁽¹⁾	153	4,6
Unidades Marítimas em produção (Unidade de Produção.ano) ⁽²⁾	8,6	2,3

Construção de Poços e Avaliação de Formações	2015	2014
Construção de Poços e Avaliação de Formações	6	1
Poços realizados (Construção, Manutenção, Completção, Avaliação de Formação, etc.) (unidade) ⁽³⁾		

- Número equivalente de Unidades Marítimas em construção de poços e avaliação de formação, atendidas por logística integrada.
- Número equivalente de Unidades Marítimas em produção, atendidas por logística integrada.
- Números de poços efetivados para suas construção e/ou avaliação de formação.

A Logística Integrada se faz presente desde o início das operações da PB-LOG. Em 2015, a Companhia experimentou um crescimento relevante através da diversificação de suas atividades, conforme se observa nos indicadores acima. Os números da logística também podem ser analisados sob outra ótica, na qual ocorre aumento de 2.500 para 8.000 dias de operações, quando comparado 2015 com o realizado em 2014. Os Serviços de Poços, incluindo avaliação de formações, também cresceram neste ano, destacando-se os prestados para o Consórcio de Libra.

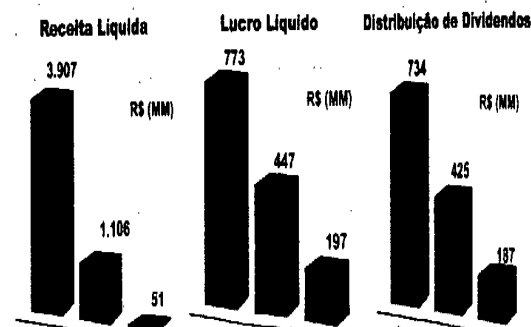
Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Margem bruta (%) (Lucro bruto/Receita líquida)	18%	27%	5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) % (Lucro líquido/Patrimônio líquido)	22%	13%	6%

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Receita líquida (R\$MM)	3.907	1.106	51
Lucro bruto (R\$MM)	686	293	2
Lucro líquido (R\$MM)	773	447	197
Dividendos propostos (R\$MM)	734	425	187

A desaceleração da economia, combinada com a desvalorização do real frente ao dólar, trouxe desafios significativos para a Companhia. Mesmo diante deste cenário, a PB-LOG conseguiu ampliar sua carteira de clientes e diversificar seu portfólio de serviços, garantindo o retorno financeiro na geração de lucro relevante para o acionista.

Destaques Econômico-Financeiros



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

significativo dos seus resultados econômico-financeiros, apurando um Lucro Líquido de R\$ 773 milhões, com EBITDA de R\$ 857 milhões no ano.

A consolidação dos nossos negócios e a perspectiva de crescimento em condições sustentáveis estarão consignadas no Plano Anual de Negócios 2016 e serão reafirmadas no Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

Governança Corporativa

A PB-LOG foi criada em novembro de 2012, com o objetivo de atender as demandas por serviços logísticos na área de E&P. Posteriormente, em 2014, a sua atuação foi expandida face à necessidade de responder aos novos desafios apresentados.

A Companhia desenvolve os seus negócios orientados nas práticas de Governança Corporativa do Sistema Petróbras, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, ética e responsabilidade corporativa.

A governança corporativa da Companhia é exercida pela atuação (i) da Assembleia Geral, órgão deliberativo máximo; (ii) da Diretoria Executiva, órgão executivo composto pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Individualmente e (iii) da Auditoria Interna (Figura 1). A Diretoria Executiva da Companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações e um Diretor Corporativo e Financeiro.

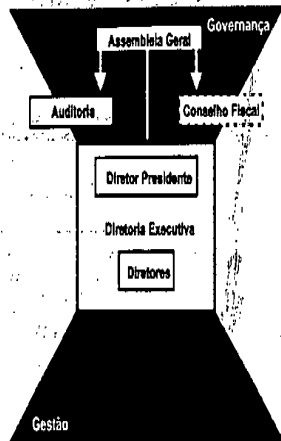


Figura 1: Sistema de Governança da SOCIEDADE

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Companhia, reservando matérias para deliberação exclusiva de sua acionista.

O Conselho Fiscal da Companhia possui função não permanente, não tendo sido instalado no exercício social de 2015. Ressalta-se que o mesmo poderá ser instalado a qualquer momento, conforme previsto no Artigo 161, da Lei nº 6.404/76 e no art. 22 do Estatuto Social da Companhia. O Conselho Fiscal visa garantir o exercício do acionista de fiscalizar a gestão dos negócios, os resultados apresentados pela administração e as variações patrimoniais.

A Companhia possui o órgão de Auditoria Interna, que tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização como: TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros, com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, assegurando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela PETROBRAS.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam a todo o Sistema Petróbras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da PETROBRAS.

O Sistema Petróbras possui um Código de Ética e Guia de Conduta, dentre outras normas e orientações, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços, havendo reforço, inclusive, à recusa a práticas de concorrência desleal. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Ética e do Guia de Conduta.

Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou, em 2015, a adoção do Programa Petróbras de Prevenção da Corrupção - PPPC.

Construção de Poços e Avaliação de Formações Poços realizados (Construção, Manutenção, Completação, Avaliação de Formação, etc.) (unidade)²:

1. Número equivalente de Unidades Marítimas em construção de poços e avaliação de formação, atendidas por logística integrada.
2. Número equivalente de Unidades Marítimas em produção, atendidas por logística integrada.
3. Números de poços efetivados para suas construção e/ou avaliação de formação.

A Logística Integrada se faz presente desde o início das operações da PB-LOG. Em 2015, a Companhia experimentou um crescimento relevante através da diversificação de suas atividades, conforme se observa nos indicadores acima. Os números de logística também podem ser analisados sob outra ótica, na qual ocorre aumento de 2.500 para 8.000 dias de operações, quando comparado 2015 com o realizado em 2014. Os Serviços de Poços, incluindo avaliação de formações, também cresceram neste ano, destacando-se os prestados para o Consórcio de Libra.

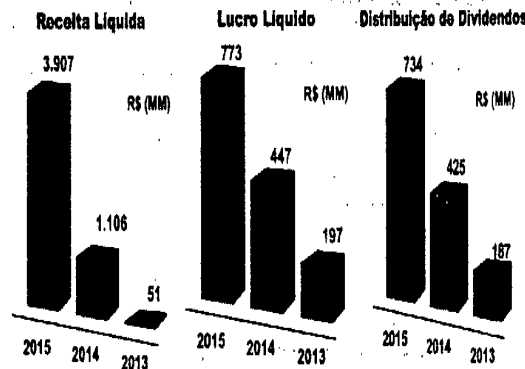
Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Margem bruta (%) (Lucro bruto/Receita líquida)	18%	27%	5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) % (Lucro líquido/Patrimônio líquido)	22%	13%	6%

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Receita líquida (R\$MM)	3.907	1.106	51
Lucro bruto (R\$MM)	686	293	2
Lucro líquido (R\$MM)	773	447	197
Dividendos propostos (R\$MM)	734	425	187

A desaceleração da economia, combinada com a desvalorização do real frente ao dólar, trouxe desafios significativos para a Companhia. Mesmo diante deste cenário, a PB-LOG conseguiu ampliar sua carteira de clientes e diversificar seu portfólio de serviços, garantindo o retorno financeiro na geração de lucro relevante para o acionista.

Destques Econômico-Financeiros



A Receita Líquida de 2015, decorrente do aumento da prestação de serviços, apresentou um crescimento de 253%, ante 2014.

O Lucro Líquido registrou um crescimento de 73% em relação ao ano de 2014, resultante da eficiência operacional e financeira da Companhia.

A destinação de resultados para o acionista, em 2015, proporcionou dividendos propostos e adicionais equivalente a 95% do lucro líquido do ano.

A Companhia vem distribuindo dividendos desde 2013 e, até o período em análise, registra o montante de R\$ 1.346 milhões.

continua...

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação



NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

mabrasca COMPANHIA ABERTA

HOTÉIS OTHON

HOTÉIS OTHON S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 33.200.049/0001-47

COMPANHIA ABERTA

contidas em 1993 e em 1997. Atualmente, aguardamos o julgamento desse recurso. Os valores envolvidos nessas ações são de R\$1.300. Hotéis Othon é réu em ação declaratória de inadimplemento contratual com cobrança de aluguéis morosa por Lazer Empreendimentos Imobiliários Ltda., Supra Construções Ltda., MRHL Participações e Comércio Ltda. e Haza Empreendimentos Imobiliários Ltda. na Comarca de Fortaleza. A ação tem como objeto a declaração judicial do inadimplemento de contrato de locação e condenação ao pagamento de aluguéis e tributos vencidos, multa e penalidades contratuais, além de perdas e danos, referentes à locação de imóvel em que Hotéis Othon mantém empreendimento hoteleiro. O processo teve sentença de primeiro grau e decisão do Tribunal de Justiça do Ceará desfavoráveis a Hotéis Othon e está em fase pericial em processo de execução provisória. O valor em debate está em torno de R\$10.084.14. Outros Passivos Contingentes: a) A Companhia, através de ação de Embargos à Execução, discute o valor do crédito exigido pelo Banco Morada S.A., que requer em ação de Execução de Título Extrajudicial o pagamento do valor devido pelo inadimplemento das prestações mensais, corrigidas por índice ajustado no contrato de arrendamento mercantil (leasing) do imóvel onde funcionou o Hotel Palçurana Othon, em Macaé - Alagoas. Os assessores jurídicos da Companhia divergem do valor executado pelo autor Banco Morada S.A., avaliando como possível a chance de êxito para a Companhia nesta demanda, de modo a reduzir o valor cobrado na ação. Atualmente a execução encontra-se suspensa por força da oposição de embargos pela Companhia, estando esta em fase de pericia contábil. Um primeiro laudo pericial foi produzido nos embargos à execução e homologado por sentença. Contra essa decisão foi interposta apelação, a qual decretou a nulidade da sentença e determinou a complementação do laudo pericial. Um novo perito foi nomeado e aguarda-se relatório da pericia. Adicionalmente, a Companhia move contra o Banco Morada S.A. uma ação onde pretende haver desde a devolução do valor referente ao VRG (Valor Residual Garantido), pago junto com as contraprestações do contrato de leasing. Em junho de 2010 foi proferida sentença desfavorável a Companhia, tendo sido interposto recurso de Apelação. O Acórdão publicado em abril de 2011 deu provimento ao recurso, de modo a anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Perito nomeado pelo Jiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente tal Sentença interpusse Recurso de Apelação, que foi provido para determinar a realização de nova pericia no Tribunal. b) Hotéis Othon litiga ainda em execução movida pelos Fundos de Investimento Santos Credit Yield Fundo de Investimento Financeiro e Santos Credit Master Fundo de Investimento Financeiro, originalmente do mesmo grupo econômico do Banco Santos, por Cédulas de Crédito Bancário emitidas e não pagas pelos Hotéis Othon, com anexa pessoal. Contra a execução Hotéis Othon se insurgiu por meio de embargos à execução, sob alegação, em síntese, de que a emissão das CCB's executadas teria se dado em razão de fraude praticada pelo Banco Santos e seus então administradores, responsáveis pelo grupo econômico do qual os executados faziam parte. Os embargos à execução foram julgados improcedentes em primeira instância, tendo-se logrado êxito em reverter por completo a sentença em segunda instância, decidindo, o Tribunal de Justiça, pela procedência da ação e a consequente anulação dos títulos executados. O processo está sendo enviado para o STJ, onde será julgado Agravo contra despacho denegatório do Recurso Especial, avaliando-se como remotas as chances de perda por Hotéis Othon na demanda. 15. Capital Social: Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BMA/Floresta, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$30.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.884.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

16. Seguros: A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:
Modalidade Importância assegurada
Danos materiais 187.600
Roubo 71
Automóveis 1.100
Acidentes pessoais 428
Lucros cessantes 96.820
Responsabilidade Civil 15.000
Outros 4.668

17. Despesas com Contratos de Arrendamento - Controladora: A Companhia arrenda hotéis de terceiros, de acionistas e de companhias associadas. As despesas com esses arrendamentos estão apresentadas como segue:

Table with 2 columns: Controladora, Consolidado and 4 rows of financial data for 31/12/2015 and 31/12/2014.

18. Resultado Financeiro:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014 and 4 rows of financial data.

19. Receita Líquida:

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014 and 4 rows of financial data.

20. Créditos Fiscais: A Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 26.190 e R\$ 35.636, respectivamente. Face à incertezas de sua recuperação, a administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos. 21. Continuidade Operacional da Companhia: Em relação à continuidade operacional da companhia, a projeção do caixa mostra capacidade suficiente para manter as suas atividades operacionais dentro da normalidade. O resultado negativo apresentado no exercício de 2015 não impactou diretamente o caixa da companhia, pois como pode ser observado nas "Demonstrações dos Fluxos de Caixa", ele teve uma contribuição grande das despesas de depreciação e juros sobre o passivo fiscal que não transitaram no caixa da companhia. A companhia vem mantendo um nível de investimentos nos últimos 5 anos em torno de R\$ 11 milhões para oferecer uma melhor qualidade de serviço. Quanto ao patrimônio líquido negativo, a companhia espera revertê-lo futuramente com a manutenção dos resultados operacionais, redução dos juros do passivo fiscal, a medida das amortizações que irão ocorrer, e geração de novos negócios com a administração de hotéis de terceiros e incremento dos aluguéis dos nossos salões. 22. Gestão de Risco: Risco de crédito - A seleção e a análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda o acompanhamento semanal da pontualidade dos pagamentos são procedimentos que a Companhia adota de modo a minimizar eventuais problemas de "default". A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de fechamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%, o que respalda a política de preservação de créditos adotada pela Companhia. Risco de taxa de juros - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Companhia tem procurado atrelar seus empréstimos a indicadores com menores taxas e baixa flutuação. Risco de instrumentos financeiros - A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros para fins de hedge. Risco de mercado - A Administração entende que, não existem riscos iminentes à atividade da Hotéis Othon, e que nesse momento o setor encontra condições favoráveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada nossa principal base. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

FERNANDO MARTINS VAZ CHABERT
Diretor Superintendente
ALEXANDRE GIMENEZ NEVES
Contador - CRC-RJ 053473/O-2 - CPF 707.072.007-68

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas de Hotéis Othon S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo e desdobramento) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e do resultado do exercício e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, é da responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é emitir um relatório independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015, o resultado do exercício e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Hotéis Othon S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado do exercício e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

I: Conforme mencionado na nota explicativa 10, em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou sua adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFS, tendo aderido na mesma data ao programa de parcelamento de débitos instituído pela Lei Federal 11.941/2008 (TREFS IV) em virtude da reabertura do prazo de adesão autorizada pela Lei nº 12.855/2013. Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2008, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral de Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos migrado para o novo REFS (de Lei Federal 11.941/2008) o saldo remanescente do antigo REFS (de Lei 12.855/2013) e o prazo de adesão ao programa originalmente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

4270210

4270211

prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Parto nomeado pelo Juiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente à Santíssima Intimporos Recurso de Apelação, que foi provido para determinar a realização de nova perícia no Tribunal. b) Hotéis Othon RJ: Ainda em execução movida pelos Fundos de Investimento Santos Credit Yield Fundo de Investimento Financeiro e Santos Credit Master Fundo de Investimento Financeiro, originariamente do mesmo grupo econômico do Banco Santos, por Cédulas de Crédito Bancário emitidas e não pagas pelos Hotéis Othon, com avais pessoais. Contra a execução, Hotéis Othon se insurgiram por meio de embargos à execução, sob delegação, em síntese, de que a emissão das CCB's executadas teria sido dada em razão de fraude praticada pelo Banco Santos e seus então administradores, responsáveis pelo grupo econômico do qual os "aqueles faziam parte. Os embargos à execução foram julgados improcedentes em primeira instância, decidindo o Tribunal de Justiça, pela procedência da ação e a consequente anulação dos títulos executados. O processo até então enviado para o STJ, onde será julgado Agravo contra despacho denegatório do Recurso Especial, avaliando-se como remessa as chances de perda por Hotéis Othon na demanda. 15. Capital Social: Em 12 de agosto de 2015, assinando ao ofício nº 147/2015 - DRE BMA/FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$38.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

	19.019	12.725	20.608	14.224
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.205	1.767	4.952	3.222
Juros sobre passivos fiscais	37.107	31.074	37.512	31.593
Juros sobre futuras fornecedoras e serviços públicos	1.977	1.337	1.784	1.931
Tributos sobre receita financeira	405		526	
Descontos concedidos	151	170	151	170
Outras despesas	1.525	642	1.521	555
19. Receita Líquida:	44.370	34.980	46.448	37.471
	Consolidado	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014		
Receita bruta				
Receita com diárias		128.872	150.530	
Receita de alimentos e bebidas (AAB)		20.464	22.969	
Taxa de administração de hotéis		2.070	2.273	
Outras receitas		8.141	8.229	
Deduções da receita bruta				
Cancelamentos e devoluções		(34)	(54)	
Descontos concedidos		(73)	(85)	
Impostos		(15.710)	(14.158)	
Receita líquida	144.730	163.704		

de créditos adotada pela Companhia. Risco de taxa de juros - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Companhia tem procurado atrelar seus empréstimos à indicadores com menores taxas e baixa flutuação. Risco de Instrumentos financeiros - A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros para fins de hedge. Risco de mercado - A Administração entende que, não existem riscos inerentes à atividade de Hotelaria, e que nesse momento o setor encontra condições favoráveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada nossa principal base. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

FERNANDO MARTINS VAZ CHABERT
Diretor Superintendente

ALEXADRE GIMENEZ NEVES
Contador - CRC-RJ 053473/O-2 - CPF 707.072.007-68

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas de Hotéis Othon S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos contratos internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação dos riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação de adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Hotéis Othon S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Hotéis Othon S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Entendemos: Continuidade. As demonstrações financeiras mencionadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios, que pressupõe a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas operações. A Companhia vinha apresentando prejuízos operacionais nos exercícios anteriores, e a execução do exercício de 2013 que apresentou um lucro de R\$ 112.193 Mil. No exercício de 2015 apresentou prejuízo de R\$ 23.818 Mil, permanecendo ainda com passivo a descoberto e, como consequência, índices de liquidez negativos. A Companhia vinha, também, incorrendo em fluxos de caixa operacionais insuficientes, não tendo conseguido honrar parte dos seus passivos contábeis até 2011. Conforme descrito na nota explicativa 21 a companhia vem se reestruturando para manutenção da continuidade normal de seus negócios. REFIN

1: Conforme mencionado na nota explicativa 10, em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou sua adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, tendo aderido na mesma data ao programa de parcelamento de débitos instituído pela Lei Federal 11.941/2008 ("REFIS IV") em virtude da reabertura do prazo de adesão autorizada pela Lei nº 12.865/2013. Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo RAES. A Lei 12.865/2013 reduziu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2008, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal. Outros assuntos: Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado. Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 30 de março de 2016. AGAL, Auditores Independentes S/S. Código CVM 11.444 - CRC-RJ 004.080/O-8. Nelson Fernando Marques Pflitzgraff - Contador - CRC-RJ 028.888/O, Registro CNAI 209 - Sócio Responsável.

Id: 194316

COFAC - COMPANHIA FLUMINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A

CNPJ: 28.234.284/0001-08

Relatório da Diretoria: Apresentamos a V.Sas nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2015. A Diretoria

Balanço Patrimonial Exercício findo em 31/12/2015. Em reais mil		Demonstração do resultado Exercício findo em 31/12/2015. Em reais mil		Demonstração do fluxo de caixa Exercício findo em 31/12/2015. Em reais mil		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa						
Títulos e valores mobiliários	6.220	5.394				
Impostos a recuperar	5.552	5.468				
Adiantamentos	6	8				
Outros valores a receber	363	362				
Não circulante	12.143	11.232				
Depósitos e caução	1.179	1.179				
Impostos diferidos	238	159				
Partes Relacionadas	27.118	27.822				
Propriedade para investimento	28.788	29.160				
	28.788	29.160				
Receitas/(despesas) operacionais						
Despesas administrativas			(48)	(57)		
Depreciação/Amortização				56		
Despesas tributárias			(3)	(55)		
Valor justo de propriedade para investimento				(443)		
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos			(51)	(505)		
Resultado financeiro líquido						
Receitas financeiras			668	657		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			668	657		
Imposto de renda e contribuição social			(817)	(652)		
Corretas			(124)	(50)		
Lucro líquido do exercício			(124)	(50)		
			483	102		
Fluxo de caixa operacional						
Lucro líquido do exercício					493	102
Ajustes						
Rendimento de títulos e valores mobiliários					(668)	(657)
Lucro líquido ajustado					(175)	(555)
Variáveis no capital circulante						
Variáveis dos ativos e passivos operacionais						
Impostos a recuperar					(84)	(105)
Impostos diferidos					(79)	(153)
Impostos e contribuições a receber					(3)	(20)
Salários e encargos sociais						
Outros					(1)	
Fluxo de caixa gerado pelas operações					(743)	(832)
Fluxo de caixa de investimento						

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.
CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1.052	Fornecedores - Terceiros		71.441	-
Contas a receber, líquidas	5	3.496.855	3.211.310	Fornecedores - Partes relacionadas	7	508.944	261.174
Contas a receber - Partes relacionadas	7	542.480	397.135	Debêntures	11	84.254	97.556
Impostos a recuperar	6	242.929	109.214	Dividendos e JCP propostos	13,5	490.664	162.278
		<u>4.382.266</u>	<u>3.718.711</u>	Impostos e contribuições a recolher	9	46.806	21.120
Não Circulante				Outras contas a pagar		<u>108</u>	<u>816</u>
Impostos a recuperar	6	38.449	35.466			<u>1.292.217</u>	<u>542.944</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	394.388	479.912	Não Circulante			
Depósitos judiciais		2.888	3.419	Debêntures	11	128.539	198.148
Imobilizado		<u>11</u>	<u>13</u>	Contingências	12	<u>1.456</u>	<u>1.329</u>
		<u>435.716</u>	<u>518.810</u>			<u>129.995</u>	<u>199.477</u>
Total do Ativo		<u>4.817.982</u>	<u>4.237.521</u>	Patrimônio Líquido			
(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3				Capital social	13,1	3.162.458	3.162.458
				Reserva legal	13,3	108.974	70.311
				Reserva especial de dividendos	13,4	<u>214.338</u>	<u>262.331</u>
						<u>3.485.770</u>	<u>3.495.100</u>
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>4.817.982</u>	<u>4.237.521</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Reserva de Lucros				
	Capital Social	Legal	Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.162.458	47.963	140.579	-	3.351.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	446.957	446.957
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(140.579)	-	(140.579)
Reserva legal	-	22.348	-	(22.348)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(162.278)	(162.278)
Dividendos adicionais propostos	-	-	262.331	(262.331)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3.162.458</u>	<u>70.311</u>	<u>262.331</u>	-	<u>3.495.100</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	773.255	773.255
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(262.331)	-	(262.331)
Reserva legal	-	38.663	-	(38.663)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(197.271)	(197.271)
Dividendos intermediários	-	-	-	(322.983)	(322.983)
Dividendos adicionais propostos	-	-	214.338	(214.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>3.162.458</u>	<u>108.974</u>	<u>214.338</u>	-	<u>3.485.770</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	15	3.907.022	1.106.180
Custos dos serviços prestados	20	(3.221.103)	(812.728)
Lucro Bruto		685.919	293.452
Despesas tributárias	20	(11.533)	-
Despesas administrativas	20	(20.078)	(13.747)
Outras receitas	19	3.444	1.370
Outras despesas	18	(871)	(1.322)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>656.781</u>	<u>279.753</u>
Receitas financeiras	16	441.087	401.892
Despesas financeiras	16	(39.728)	(100.231)
Resultado antes dos impostos		<u>1.058.142</u>	<u>581.414</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(199.363)	(94.335)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17	(85.524)	(40.122)
Lucro líquido do exercício		<u>773.255</u>	<u>446.957</u>
Lucro líquido do exercício por ação			
Resultado por ação ordinária-básico (em R\$)		0,33	0,19
Quantidade média de ações durante o exercício		<u>2.360.959.993</u>	<u>2.360.959.993</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	773.255	446.957
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2	1
Provisão para contingências	127	421
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.524	40.122
Encargos financeiros, variação monetária sobre financiamentos/debêntures e outras operações	37.887	100.046
Receita financeira de recebíveis	(431.363)	(387.771)
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber - terceiros	214	148
Contas a receber - partes relacionadas	(245.345)	(388.817)
Impostos a recuperar	(136.898)	(24.531)
Outros ativos	551	380
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores	71.441	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4270213

	Capital Social	Legal	Reserva de Lucros		
			Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014.....	3.162.458	47.963	140.579	-	3.351.000
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	446.957	446.957
Dividendos adicionais aprovados.....	-	-	(140.579)	-	(140.579)
Reserva legal.....	-	22.348	-	(22.348)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(162.278)	(162.278)
Dividendos adicionais propostos.....	-	-	262.331	(262.331)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	3.162.458	70.311	262.331	-	3.495.100
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	773.255	773.255
Dividendos adicionais aprovados.....	-	-	(262.331)	-	(262.331)
Reserva legal.....	-	38.863	-	(38.863)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(197.271)	(197.271)
Dividendos intermediários.....	-	-	-	(322.983)	(322.983)
Dividendos adicionais propostos.....	-	-	214.338	(214.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	3.162.458	108.574	214.338	-	3.485.370

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

1. Contexto operacional
 A Petrosbras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Sociedade iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Albeno Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1958 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras.
 Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrosbras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, controlando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuárias e aeroportuárias, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos. O início das operações inerentes ao novo objeto social da PB-LOG concretizou-se no dia 11 de novembro de 2013, quando foram assinados os dois primeiros contratos com o Consórcio BC-20, para fins de prestação de serviços marítimos e logísticos para as unidades marítimas de exploração e produção da Petrosbras.
 Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da Sociedade, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. Dessa forma, em 8 de julho de 2014, a PB-LOG pode assinar com o consórcio de Libra contratos para as atividades de Prestação de Serviços de Construção de Poços Marítimos, Prestação de Serviços Logísticos para Unidades Marítimas, e também para Prestação de Serviços de Apoio Marítimo. Os três contratos são referentes ao atendimento aos poços LI-NW1 e L2-C1 que são os poços iniciais da campanha exploratória do Consórcio Libra, operado pela Petrosbras (40%) em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda. (20%), Total EAP do Brasil Ltda. (20%), CNODC Brasil Petróleo e Gas Ltda. (10%) e a CNODC Petroleum Brasil Ltda. (10%), juntamente com a companhia estatal Pre-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na qualidade de gestora do contrato através do regime de Partilha de Produção.
 Durante o ano de 2015 a Companhia assinou novos contratos de prestação de serviços logísticos e de Apoio Marítimo com os Consórcios BM-S-11, BM-PT-17, BM-FE-23 e com a concessão BM-S-36 (projeto Tartaruga Mestiça).
 As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Sociedade em 09 de março de 2016.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC
 As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no pronunciamento CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos e contingências trabalhistas (Notas Explicativas 10 e 12, respectivamente). Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Fluxo de Caixa Método Indirecto Exercícios findos em 31 de Dezembro (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício.....	773.255	446.957
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização.....	2	1
Provisão para contingências.....	127	421
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	85.524	40.122
Encargos financeiros, variação monetária sobre financiamentos/diâbituras e outras operações.....	37.887	100.046
Receita financeira de recebíveis.....	(431.363)	(387.771)
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber - terceiros.....	214	148
Contas a receber - partes relacionadas.....	(245.345)	(388.617)
Impostos a recuperar.....	(136.696)	(24.531)
Outros ativos.....	561	380
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores.....	71.441	-
Fornecedores - partes relacionadas.....	247.770	248.952
Impostos e contribuições a recolher.....	25.886	15.079
Outros passivos.....	(30.298)	616
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais.....	398.753	52.705
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado.....	-	(11)
Resgate (investimentos) em ativos financeiros.....	145.804	1.033.899
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento.....	145.804	1.033.888
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Amortização financiamentos e debêntures.....	(120.798)	(901.182)
Pagamento de dividendos.....	(424.809)	(187.439)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento.....	(545.407)	(1.088.621)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício.....	(1.050)	(2.028)
Demonstração do aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício.....	1.052	3.080
No fim do exercício.....	2	1.052
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....	(1.050)	(2.028)

Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais..... 398.753 52.705

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisição de ativo imobilizado..... (11)

Resgate (investimentos) em ativos financeiros..... 145.804 1.033.899

Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento..... 145.804 1.033.888

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Amortização financiamentos e debêntures..... (120.798) (901.182)

Pagamento de dividendos..... (424.809) (187.439)

Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento..... (545.407) (1.088.621)

Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício..... (1.050) (2.028)

Demonstração do aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício..... 1.052 3.080

No fim do exercício..... 2 1.052

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa..... (1.050) (2.028)

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas.....	4.474.205	1.256.999
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas.....	(3.242.051)	(828.235)
Valor adicionado bruto.....	1.232.154	428.764
Retenções		
Depreciação.....	(2)	(1)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia.....	1.232.152	428.763
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas.....	441.087	401.892
Valor adicionado total a distribuir.....	1.673.239	830.655
Distribuição do valor adicionado.....	1.673.239	830.655
Tributos		
Federais.....	380.258	283.487
Municipais.....	624.802	210.440
Municipais.....	149.932	32.905
Contribuição social e imposto de renda diferidos.....	85.524	40.122
Instituições financeiras e fornecedores.....	39.276	100.231
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e aluguis.....	39.276	100.231
Acionistas.....	773.255	446.957
Lucros retidos.....	773.255	446.957
Valor adicionado distribuído.....	1.673.239	830.655

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

4270214

1. Contexto operacional

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Sociedade iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petrobrás Brasileira S.A. - Petrobras.

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PBL-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuárias e aeroportuárias, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços contábeis. O início das operações inerentes ao novo objeto social da PBL-LOG concretizou-se no dia 11 de novembro de 2013, quando foram assinados os dois primeiros contratos com o Consórcio BC-20, para fins de prestação de serviços marítimos e logísticos para as unidades marítimas de exploração e produção da Petrobras.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da Sociedade, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. Dessa forma, em 8 de julho de 2014, a PBL-LOG pode assinar com o Consórcio de Libra contratos para as atividades de Prestação de Serviços de Construção de Poços Marítimos, Prestação de Serviços Logísticos para Unidades Marítimas, e também para Prestação de Serviços do Apoio Marítimo. Os três contratos são referentes ao atendimento aos poços L1-NW1 e L2-C1 que são os poços iniciais da campanha exploratória do Consórcio Libra, operado pela Petrobras (40%) em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda. (20%), Total E&P do Brasil Ltda. (20%), CNODC Brasil Petróleo e Gas Ltda. (10%) e a CNODC Petroleum Brasil Ltda. (10%), juntamente com a companhia estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na qualidade de gestora do contrato através do regime de Partilha de Produção.

Durante o ano de 2015 a Companhia assinou novos contratos de prestação de serviços logísticos e de Apoio Marítimo com os Consórcios BMS-11, BM-POT-17, BM-ES-23 e com a concessão BMS-36 (projeto Tartaruga Medição).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Sociedade em 08 de março de 2016.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos nas Orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados a valor justo.

2.3. Reclassificação das demonstrações contábeis

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia e estão detalhadas a seguir:

Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC-VP) apresentados no ativo circulante, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para contas a receber - ativos financeiros (nota explicativa 5).

A seguir, os efeitos dessas reclassificações no Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial	31.12.2014		
		Reapre-	
	Divulgado	Ajustes	sentado
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	3.212.135	(3.211.083)	1.052
Contas a receber - ativos financeiros		3.211.083	3.211.083
Total	3.212.135	-	3.212.135

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no pronunciamento CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos e contingências trabalhistas (Notas Explicativas 10 e 12, respectivamente). Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e ajustados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvidados para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Depósitos bancários que tenham limitações para utilização são apresentados de forma segregada ao caixa e equivalentes de caixa. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade.

A Sociedade avalia o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saída de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retrada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção

Impostos e contribuições a recolher	25.686	15.979
Outros passivos	(30.268)	619

Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais	398.753	62.705
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado		(11)
Resgate (investimentos) em ativos financeiros	145.604	1.033.893
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento	145.604	1.033.889
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização financiamentos e debêntures	(120.730)	(901.182)
Pagamento de dividendos	(424.809)	(187.439)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(545.407)	(1.088.621)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.050)	(2.028)
Demonstração do aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.052	3.080
No fim do exercício	?	1.052
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.050)	(2.028)

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
<i>(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)</i>		
	2015	2014

Recitas		
Prestação de serviços e outras receitas	4.474.205	1.256.999
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(3.242.051)	(182.235)
Valor adicionado bruto	1.232.154	428.764
Retenções		
Depreciação	(2)	(1)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.232.152	428.763
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	441.087	401.892
Valor adicionado total a distribuir	1.673.239	830.655
Distribuição do valor adicionado	1.673.239	830.655
Tributos	890.256	293.467
Federais	624.802	210.440
Municipais	149.932	32.905
Contribuição social e imposto de renda diferidos	85.524	40.122
Instituições financeiras e fornecedores	39.726	100.231
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e alugueis	39.726	100.231
Acionistas	773.255	446.957
Lueros retidos	773.255	446.957
Valor adicionado distribuído	1.673.239	830.655

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade avalia o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

3.2.4. Capital Social

O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

continua...

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A


Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

3.3.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.4.2. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Norma Exigências-chave Data de vigência

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Insitui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018
-------------------------------------	---	-----------------------

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Sociedade estima que suas adoções não terão impactos significativos às suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
		(*)
Caixa e Bancos	2	5
Aplicações financeiras - Fundo SBB	-	1.047
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco da mudança de valor.

5. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
		(*)
Clientes - Terceiros	494	488
Recebíveis de ativos financeiros (e)	3.496.842	3.211.063
	3.497.336	3.211.571
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(481)	(261)
Contas a Receber, líquidas	3.496.855	3.211.310

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

(e) Recebíveis de ativos financeiros
Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lestro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 7.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social	161.894	73.872
PIS/COFINS	119.471	70.795
Outros	13	13
	291.378	144.680

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revistas trimestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revistas durante o exercício pela Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2015	2014
Prejuízo Fiscal	393.915	479.367
Outros	473	545
Ativo Não Circulante	394.388	479.912

Realização do prejuízo fiscal, do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Durante o ano de 2015 houve a compensação de R\$ 251.329 referente ao prejuízo fiscal gerado até 2012, cabendo ressaltar que desde o exercício de 2013 a companhia tem apresentado lucro fiscal.

A compensação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 393.915 (arquivo de prejuízo fiscal) ocorrerá baseada em lucros tributáveis futuros da Sociedade, e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A compensação do saldo remanescente realizar-se-á no prazo máximo de três anos conforme projeções atualizadas do Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Futuros.

Prejuízo Fiscal Acumulado (em 31/12/2014 - R\$ 1.409.903)

	2015	2016	2017
Aproveitamento do prejuízo fiscal	251.329	474.702	683.872
Saldo do prejuízo fiscal em 31 de dezembro	1.158.574	683.872	

Os prejuízos fiscais acumulados da Sociedade não têm data de prescrição, conforme legislação fiscal vigente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há ativos ou passivos fiscais diferidos não reconhecidos pela Sociedade.

11. Financiamentos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

a) Em 2 de agosto de 2006 a Assembleia Geral Extraordinária de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. aprovou a emissão privada de R\$ 52,6 milhões de debêntures simples, não convertíveis, nominativas, privadas e escriturais no montante de R\$ 832.800, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais processada.

A emissão tem as seguintes características: emissão em 31 de agosto de 2006 com amortização em 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TULP +3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES +2,3% a.a.

Em 30 de agosto de 2006, foi assinado o Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada. Estas debêntures venceram em fevereiro de 2015.

b) Em 27 de maio de 2008 a Assembleia Geral Extraordinária de Alberto Pasqualini - REFAP S.A., autorizou a 2ª emissão de até 507.989 debêntures simples, privadas, não convertíveis e nominativas pela Sociedade, em quatro séries, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 507.989. Em 2011, foram subscritas o saldo de 198.751 debêntures, totalizando a segunda emissão.

As emissões visaram à modernização do parque industrial com implantação de unidades de Tratamento de Gasolina (HDS), de Tratamento de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

3.6. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador, de que provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido.

a) **Imposto de renda e contribuição social correntes**
Para fins de apuração do imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem e impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.9. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade e dividido pelas ações ordinárias no respectivo exercício.

3.10. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas emitidas pelo IASB em 2015 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/ CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabiliza e aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações consolidadas"	Determinam que quando um ativo for vendido para ou aportado em uma entidade controlada ou em um empreendimento controlado e IAS 28 atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo Controlado e, investidor (independentemente do Empreendimento) participação de terceiros na coligada controlada, ou no empreendimento controlado.	Postergada indefinidamente.

Perdas em crédito de liquidação duvidosa.....	3.497.336	3.211.571
Contas a Receber, líquidas.....	(481)	(261)
	3.496.855	3.211.310

(*) Representado, conforme Nota Explicativa 2.3

(a) **Receíveis de ativos financeiros**

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios performados ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petróbras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 7.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	161.894	73.872
PIS/COFINS.....	119.471	70.795
Outros.....	13	13
	281.378	144.680

O imposto de renda e contribuição social foram impactados pelo benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 14, d) e serão realizados pelas operações normais da empresa. Para fins de recuperação do saldo de R\$ 38.449 de PIS/COFINS registrado no ativo não circulante, foi ingressado processo com pedido de restituição junto à Receita Federal.

7. Partes Relacionadas

	2015					
	Petróleo Améri- ca Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro - (b)	Downstream - (c)	Petróbras Transportadora - (d)	Petróbras Participações Transpetro (e)	Total
Ativo Circulante						
Contas a Receber.....						
Empresas ligadas.....	50	637.818	1.982	2.830		642.490
Passivo Circulante						
Fornecedores.....						
Empresas.....						
Ligadas.....		508.944				508.944
Dividendos.....		490.664				490.664
Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2015						
Receita por prestação de serviços.....		3.904.538		2.484		3.907.022
Custos dos serviços prestados.....		(2.769.396)				(2.769.396)
Outras receitas (Nota 19).....		3.444				3.444

	2014				
	Petróleo Améri- ca Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro - (b)	Downstream - (c)	Petróbras Participações (d)	Total
Ativo Circulante					
Contas a Receber.....					
Empresas ligadas.....	50	395.672	1.413		397.135
Passivo Circulante					
Fornecedores.....					
Empresas.....					
Ligadas.....		261.174			261.174
Dividendos.....		162.278			162.278
Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
Receita prestação de serviços.....		1.106.180			1.106.180
Custos dos serviços prestados.....		(812.728)			(812.728)

(a) Refere-se a operações comerciais da antiga REFAP.

(b) Refere-se a operações de prestação de serviços de logística, construção de poços e apoio marítimo.

8. Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício de 2015, tomando como base o mês de dezembro, a maior remuneração verificada entre os dirigentes foi de R\$ 62 (R\$ 64 em 2014), considerando adicional de férias. Vale destacar que os dirigentes da Sociedade

debêntures simples, não convertíveis, nominativas, privadas e escriturais no montante do R\$ 852.600, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar a parcela de áreas nacionais processadas.

A emissão tem as seguintes características: emissão em 31 de agosto de 2006 com amortização em 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de T.J.P. + 3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a.

Em 30 de agosto de 2006, foi assinado o Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada. Estas debêntures venceram em fevereiro de 2015.

b) Em 27 de maio de 2008 a Assembleia Geral Extraordinária de Alberto Pasquini - REFAP S.A., autorizou a 2ª emissão de até 507.989 debêntures simples, privadas, não convertíveis e nominativas pela Sociedade, em quatro séries, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil real) na data da emissão, totalizando R\$ 507.989. Em 2011, foram subscritas o saldo de 198.751 debêntures, totalizando a segunda emissão.

As emissões visaram à modernização do parque industrial com implantação das unidades de Tratamento de Gasolina (HDG), de Tratamento de Diesel (USD), além de outros investimentos relacionados a esta.

As debêntures têm as seguintes características: emissão em 30 de maio de 2008 em quatro séries: a 1ª série de 12.352 debêntures; a 2ª série de 111.169 debêntures, com prazo de amortização em 96 meses a partir de 15 dias do término da carência em 15/10/2009. A 3ª série de 38.447 debêntures com prazo de 90 meses e a 4ª série de 346.021 debêntures, com prazo de 78 meses. O prazo a que se refere a 3ª e 4ª subscrição inicia-se a partir de 15 dias do término da carência, que é de 35 e 45 meses, respectivamente.

Sobre as debêntures da 1ª e 2ª séries incidem juros à taxa de 1,96% a. a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,46% a. a. acima da T.J.P. O montante correspondente à parcela da T.J.P. que vier a exceder 6% a. a. será capitalizado.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

	2015	2014
Saldo Inicial.....	295.704	1.096.840
Juros, atualizações monetárias.....	37.887	100.046
Amortizações / Baixas.....	(120.798)	(901.182)
Saldo Final.....	212.793	295.704
Circulante.....	84.254	97.556
Não Circulante.....	128.539	198.148

Vencimentos dos Financiamentos

(Não Circulante)	2015	2014
2016.....		76.127
2017.....	78.176	73.061
2018.....	60.383	46.962
	128.539	198.148

12. Contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações oriundas da REFAP, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As ações trabalhistas da REFAP em sua totalidade foram assumidas pela Petróbras em 2012, no entanto, foi constituída provisão no valor de R\$ 1.456 (R\$ 1.329 em 2014), para as demais ações não foi constituída provisão.

Os processos judiciais devido ao prognóstico de perdas possíveis, em seus assessores jurídicos devido ao prognóstico de perdas possíveis, não apresentaram os seguintes montantes:

	2015	2014
Natureza	83.281	67.248
Fiscais.....	6.656	9.310
Trabalhistas.....	76.625	57.938

Os processos judiciais de natureza fiscal referem-se à cobrança de imposto de auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de PIS/COFINS FINS sobre importações de produtos realizados pela Refap. Petróbras no valor de R\$ 34.582, (ii) a auto de infração lavrado pela Receita Federal referente à glosa de pedidos de cobrança de PIS/COFINS FINS sobre operações comerciais de derivados de petróleo e gás natural da Refap, S.A. no valor de R\$ 48.184.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e ações preferenciais, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$ 3.162.458,00.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

As despesas operacionais da entidade são consideradas passivas e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário da Transição (RTT).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estes se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de reatério e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.9. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade e dividido pelas ações ordinárias no respectivo exercício.

3.10. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas emitidas pelo IASB em 2015 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Essências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/ CPC 19) que atenda a definição de um negócio (FRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma entidade controlada em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na cofiada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente
IFRS 15 "Receitas com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018

	2015	2014
Não Circulante	38.449	35.486
	281.378	144.680

O imposto de renda e contribuição social foram impactados pelo benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 14.d) e serão realizados pelas operações normais da empresa.

Para fins de recuperação do saldo de R\$ 38.449 de PIS/COFINS registrado no ativo não circulante, foi ingressado processo com pedido de restituição junto à Receita Federal.

7. Partes Relacionadas

	2015				
	Pa- trôeo Améri- ca Inc. PAl(a)	Petróleo Brasileiro (b)	Down- tream Parti- ções (c)	Petrobras Transpor- tadora (d)	Total
Ativo Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	50	637.818	1.982	2.830	642.480
Passivo Circulante					
Fornecedores					
Empresas					
Ligadas		508.944			508.944
Dividendos		490.664			490.664
Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
Receita por prestação de serviços		3.904.538	2.484		3.907.022
Custos dos serviços prestados		(2.769.396)			(2.769.396)
Outras receitas (Nota 19)		3.444			3.444

	2014				
	Pa- trôeo Améri- ca Inc. PAl(a)	Petróleo Brasileiro (b)	Down- tream Parti- ções (c)	Petrobras (d)	Total
Ativo Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	50	395.872	1.413		397.135
Passivo Circulante					
Fornecedores					
Empresas					
Ligadas		261.174			261.174
Dividendos		162.278			162.278
Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
Receita prestação de serviços		3.106.180			3.106.180
Custos dos serviços prestados		(812.728)			(812.728)

8. Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício de 2015, tomando como base o mês de dezembro, a maior remuneração verificada entre os dirigentes foi de R\$ 62 (R\$ 64 em 2014), considerando adicional de férias. Vale destacar que os dirigentes da Sociedade possuem os mesmos benefícios concedidos aos demais empregados da Petrobras.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Sociedade durante o exercício de 2015 foi de R\$ 1.260 (R\$ 1.198 no exercício de 2014), referente a 2 diretores (também 2 diretores em 2014).

9. Impostos e contribuições sociais a recolher

	2015	2014
PIS/COFINS retido na fonte		3.467
Imposto sobre Serviços	45.317	13.110
Impostos retido na fonte	1.489	4.543
Total de Impostos a Recolher	46.806	21.120

10. Imposto e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

As debêntures têm as seguintes características: emitido em 30 de maio de 2008 em quatro séries: a 1ª série de 12.332 debêntures; a 2ª série de 111.169 debêntures, com prazo de amortização em 96 meses a partir de 15 dias do término da carência em 15/10/2009; a 3ª série de 39.447 debêntures com prazo de 90 meses e a 4ª série de 346.021 debêntures, com prazo de 78 meses. O prazo a que se refere a 3ª e 4ª subscrição inicia-se a partir de 15 dias do término da carência, que é de 35 e 45 meses, respectivamente.

Sobre as debêntures da 1ª e 3ª séries incidem juros à taxa de 1,96% a.a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,46% a.a. acima da TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. será capitalizado.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

	2015	2014
Saldo Inicial	295.704	1.096.840
Juros, atualizações monetárias	37.887	100.046
Amortizações / Baixas	(120.798)	(901.182)
Saldo Final	212.793	295.704
Circulante	84.254	97.556
Não Circulante	128.539	198.148
	212.793	295.704

Vencimentos dos Financiamentos

(Não Circulante)	2015	2014
2016		78.127
2017	78.176	73.061
2018	50.363	46.960
	128.539	198.148

12. Contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ordinárias da REFAP, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As ações trabalhistas da REFAP em sua totalidade foram assumidas pela Petrobras em 2012, no entanto, foi constituída provisão no valor de R\$ 1.456 (R\$ 1.329 em 2014); para as demais ações não foi constituída provisão.

Os processos judiciais não provisionados, consultado na opinião de seus assessores jurídicos devido ao prognóstico de perdas possíveis, representam as seguintes montantes:

Natureza	2015	2014
Fiscais	63.201	77.649
Trabalhistas	6.595	9.313
	69.797	86.962

Os processos judiciais de natureza fiscal referem-se, principalmente a: (i) a auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de PIS/COFINS sobre importações de produtos realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 34.582; (ii) a auto de infração lavrado pela Receita Federal referente à gestão de perdas de compensação de PIS/COFINS sobre transações comerciais de derivados de petróleo realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 48.184.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social é composto por 2.380.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social é de R\$ 3.162.458.

13.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

13.3. Reserva de lucros

e) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

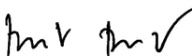
13.4. Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos e JCP no valor de R\$ 734.592 com base no lucro líquido apurado no exercício de 2015. A proposição da administração será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo

Condições básicas aprovadas pelo BNDDES e BNDSEPAR em 23/06/2006.

continua...

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral



4270218

continuação

BR PETROBRAS

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

09

obrigatório (25% conforme o estatuto social), no valor de R\$ 183.648 mais o adicional de R\$ 336.606, ambos aprovados em AGE de 17 de dezembro de 2015, foram reconhecidos no passivo circulante, e o restante, no valor de R\$ 214.338, será mantido como "Dividendo Adicional Proposto", no patrimônio líquido, conforme disposto no Pronunciamento Técnico ICPC 08, até a deliberação da Assembleia.

13.5. Dividendos propostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os dividendos foram calculados de acordo com o artigo 202 da Lei nº 11.638/07 e estão assim demonstrados:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício.....	773.255	448.957
Constituição da Reserva Legal.....	(38.663)	(122.348)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	734.592	424.609
Dividendos obrigatórios - 25%.....	183.648	106.152
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios.....	183.648	106.152
Dividendos Intermediários - aprovado em AGE-17/12/2015.....	139.335	56.126
Juros sobre capital próprio - aprovado em AGE-17/12/2015.....	197.271	-
Dividendos adicionais propostos.....	214.338	262.331
	<u>734.592</u>	<u>424.609</u>

Em 17 de dezembro de 2015, a AGE da PB LOG aprovou a proposta de distribuição de lucros sobre a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, no montante de R\$ 197.271 (R\$ 162.278 em 2014) e Dividendos Intermediários, no montante de R\$ 322.963.

Os juros sobre o capital próprio terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2015 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Esses juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/96. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício de 2015 e contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 67.072 (R\$ 55.175 em 2014).

14. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou operações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embudados nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embudados e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram

de R\$ 642.463 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 387.362 em 2014).

Os valores referentes a contas a receber no mercado interno são integralmente referentes às partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 7.

O cliente relevante da Sociedade é a sua controladora, a Petrobras, responsável por R\$ 637.818 (equivalentes a 99% do saldo total) dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 395.672 em 31 de dezembro de 2014).

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	2015	2014
Recebíveis		
A vencer.....	640.446	394.208
Vencidos a mais de 30 dias.....	2.045	3.154
	<u>642.493</u>	<u>397.362</u>

A Sociedade não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

14.2. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil		Fluxo de Caixa contratual				
	2015	2014	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019
Em 31 de dezembro de 2015							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores.....	71.441	71.441	71.441	-	-	-	-
Debêntures.....	212.793	-	236.614	98.440	85.986	52.188	-
Partes relacionadas.....	509.944	-	509.944	-	-	-	-
Total.....	<u>794.178</u>	<u>-</u>	<u>818.000</u>	<u>98.440</u>	<u>85.986</u>	<u>52.188</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2014							
Passivos financeiros não derivativos							
Debêntures.....	296.704	-	336.311	115.876	91.090	79.812	48.533
Fornecedores.....	261.174	-	261.174	-	-	-	-
Total.....	<u>556.878</u>	<u>-</u>	<u>596.485</u>	<u>377.050</u>	<u>91.090</u>	<u>79.812</u>	<u>48.533</u>

14.3. Risco de taxa de juros

A Sociedade possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

14.4. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa.....	2	2	1.052	1.052
Contas a receber - ativos financeiros.....	3.496.856	3.496.842	3.211.310	3.211.083
Debêntures.....	(212.793)	(192.116)	(295.704)	(276.700)

O valor justo das debêntures, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de fluxos do governo na data das demonstrações contábeis.

14.5. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado a que está exposta a Sociedade tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio.

A Sociedade adota uma sistemática para acompanhamento e gestão da exposição cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida.

	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social e participações.....	1.058.142	581.414
Alíquota fiscal combinada.....	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada.....	359.768	197.681
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis.....	(7.899)	(8.049)
Juros sobre Capital Próprio - JCP.....	(67.072)	(55.175)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício.....	<u>394.867</u>	<u>134.457</u>
Alíquota efetiva.....	27%	23%

16. Outras despesas

	2015	2014
Despesas com perdas e provisão para contingências.....	609	692
Despesas com formação de PCLD.....	62	173
Outras.....	-	457
	<u>671</u>	<u>1.322</u>

19. Outras receitas

	2015	2014
Recuperação de PIS / COFINS.....	-	931
Transação extra-judicial - contas a receber e outros.....	-	439
Receitas eventuais - perdão de dívida (Petrobras).....	3.444	-
	<u>3.444</u>	<u>1.370</u>

20. Despesas e custos por natureza

	2015	2014
Despesas Administrativas	<u>(20.078)</u>	<u>(13.747)</u>
Despesas com pessoal cogido.....	(12.011)	(7.532)
Outras despesas administrativas.....	(8.065)	(6.214)
	<u>(40.154)</u>	<u>(27.493)</u>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4270219

tração desses instrumentos e executada por meio de estratégias operacio- nais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instru- mento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou apli- cações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são oportunistos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à iden- tificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil e ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Du- rante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade são os seguintes:

	2015	2014
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2	1.062
Receíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber - partes relacionadas.....	642.480	397.135
Contas a receber, líquidas.....	3.496.856	3.211.810
	4.139.337	3.609.497
Passivo		
Passivos financeiros não derivativos - mensuráveis a custo amortizado		
Fornecedores - terceiros.....	71.441	-
Fornecedores - partes relacionadas.....	508.944	261.174
Debêntures.....	212.793	295.704
	793.178	556.878

Mensuração dos instrumentos financeiros:

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, forne- cedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são próximos aos seus valores contábeis.

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos:

14.1. Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orien- tações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros no montante de R\$ 3.496.844 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.212.135 em 2014) e contas a receber no montante

Debêntures..... (212.793) (192.118) (295.704) (276.700)

O valor justo das debêntures, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futu- ros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apre- sentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações contábeis.

14.5. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado a que está exposta a Sociedade tem nos seus princi- pais componentes a variação da taxa de câmbio.

A Sociedade adota uma sistemática para acompanhamento e gestão da ex- posição cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida.

15. Receita operacional

Abaixo apresentamos a composição das receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita Bruta		
4.470.761	1.256.190	
Menos:		
Impostos sobre vendas e Serviços.....	(563.739)	(149.010)
	3.907.022	1.106.180

16. Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Juros.....	434.287	387.908
Variações monetárias ativas.....	6.801	13.982
Variações cambiais líquidas.....	-	2
	441.087	401.892
Despesas Financeiras		
Juros.....	21.494	95.222
Variações monetárias passivas.....	18.231	4.961
Variações cambiais líquidas.....	-	48
	39.726	100.231

17. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2015	2014
Despesa de imposto corrente		
Exercício Corrente.....	199.363	94.335
	199.363	94.335
Despesa de imposto diferido		
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais.....	85.524	40.122
	85.524	40.122
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social.....	284.887	134.457

Outros.....	457	
	871	1.322
19. Outras receitas		
	2015	2014
Recuperação de PIS / COFINS.....	-	931
Transação extra-judicial - contas a receber e outros.....	-	439
Receitas eventuais - período de dívida (Petrobras).....	3.444	-
	3.444	1.370

20. Despesas e custos por natureza

	2015	2014
Despesas Administrativas		
(20.078)	(13.147)	
Despesas com pessoal cedido.....	(12.011)	(7.532)
Outras despesas administrativas.....	(8.068)	(6.214)
Depreciação e amortização.....	(2)	(1)
Despesas Tributárias (*).....	(11.633)	-
Despesas tributárias.....	(11.633)	-
Custos dos serviços prestados	(3.221.183)	(812.728)
Serviços de apoio logístico.....	(946.998)	(182.455)
Serviços de apoio marítimo.....	(1.404.131)	(170.267)
Serviços de construção de poços.....	(867.944)	(490.006)
Serviços de Engenharia Submarina.....	(2.029)	-
	(3.252.814)	(828.475)

(*) Referem-se ao PIS/COFINS que, a partir de julho/15, passaram a incidir sobre as receitas financeiras, em consonância com o Decreto 8.426/15, de 1º de abril de 2015, que restabeleceu a incidência parcial das contribuições sociais do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras para os contribu- íveis optantes pela sistemática não cumulativa.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as caracterís- ticas dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As promessas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequen- temente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice sobre, inclusive, os danos provenientes de poluição, desde que de origem súbita e acidental.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ilton José Rossetto Filho
Diretor Presidente

Claudio José de Silva / **Ilton José Rossetto Filho**
Diretor Corporativo e Financeiro / Diretor de Operações Interino

Marcio de Castro Barboza - Contador - CRC/RJ 055491/C-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (a "Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados

nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações contábeis, que descreve que a Sociedade mantém saldos e realiza transações com sua controladora em

montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00016/O-5 / F RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-6 / S RJ

Id: 1947675

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.
Os principais instrumentos financeiros da Sociedade são os seguintes:

	2015	2014
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052
Receiváveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber - partes relacionadas	842.480	397.135
Contas a receber - líquidas	3.496.859	3.211.310
	4.139.337	3.609.497
Passivo		
Passivos financeiros não derivativos		
mensuráveis a custo amortizado		
Fornecedores - terceiros	71.441	
Fornecedores - partes relacionadas	508.944	261.174
Debitárias	212.793	295.704
	793.178	556.878

Mensuração dos instrumentos financeiros
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são próximos aos seus valores contábeis.
As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos:

14.1. Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras e documentos da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros no montante de R\$ 3.496.844 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.212.135 em 2014) e contas a receber no montante

15. **Receita operacional**

Abaixo apresentamos a composição das receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita Bruta	4.470.761	1.255.190
Menos:		
Impostos sobre vendas e Serviços	(563.739)	(149.010)
	3.907.022	1.106.180

16. **Receitas e despesas financeiras**

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Juros	434.287	387.908
Variações monetárias ativas	6.601	13.982
Variações cambiais líquidas		2
	441.087	401.892
Despesas Financeiras		
Juros	21.494	95.222
Variações monetárias passivas	18.231	4.961
Variações cambiais líquidas		48
	39.726	100.231

17. **Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

	2015	2014
Despesa de imposto corrente		
Exercício Corrente	199.363	94.335
	199.363	94.335
Despesa de imposto diferido		
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	85.524	40.122
	85.524	40.122
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	284.887	134.457

Despesa Tributária (*)

Despesas tributárias	(11.633)	(11.633)
Custos dos serviços prestados	(3.221.103)	(812.728)
Serviços de apoio logístico	(946.998)	(152.455)
Serviços de apoio marítimo	(1.404.131)	(170.287)
Serviços de construção de popos	(867.944)	(490.006)
Serviços de Engenharia Submarina	(12.029)	
	(3.252.814)	(826.475)

(*) Referem-se ao PIS/COFINS que, a partir de julho/15, passaram a incidir sobre as receitas financeiras, em consonância com o Decreto 8.426/15, de 1º de abril de 2015, que restabeleceu a incidência parcial dos contribuintes sociais do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras para os contribuintes optantes pela sistemática não cumulativa.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice cobre, inclusive, os danos provenientes da poluição, desde que de origem súbita e acidental.



Ilton José Rossetto Filho
Diretor Presidente

Claudio José e Silva **Ilton José Rossetto Filho**
Diretor Corporativo e Financeiro Diretor de Operações Interino

Marcio de Castro Barboza - Contador - CRC/RJ 095491/0-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados

nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações contábeis, que descreve que a Sociedade mantém saldos e realiza transações com sua controladora em

montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2016.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP001600-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassal
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Id: 1947675

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447
Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4270221

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

À acionista:

A Diretoria Executiva da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossa Senhoria o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, das notas explicativas e de um sumário das principais atividades da Companhia ao longo do ano.

Perfil da Companhia

A PB-LOG é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, cujo principal foco é o fornecimento de serviços no segmento de exploração e produção para Consórcios com atuação offshore operados pela PETROBRAS, mas também com possibilidade de atuação em Consórcios onde a PETROBRAS participa como não operadora e, ainda, naqueles Consórcios não integrados pela PETROBRAS.

Integrante do Sistema Petrobras, a PB-LOG disponibiliza a maior infraestrutura de serviços de E&P disponível no Brasil, cobrindo quase que integralmente a costa brasileira e já se encontra instalada junto aos principais campos produtores offshore. Essa característica permite à PB-LOG dispor de um amplo rol de bens e serviços oferecidos de forma integrada para os seus clientes, tais como:

- Logística Integrada - Serviços de Transporte Marítimo, Aéreo e Terrestre, Armazenagem, Portos, além de resposta a emergências e desocupação médica;
- Poços - Perfuração, Revestimento, Cimentação, Perfilagem, Estimulação, Manutenção, Avaliação, Manutenção e Serviços Especiais;
- Engenharia Submarina - Interligação Submarina, Ancoragem, Avaliação Biológica, Manutenção, Inspeção e Instalação de Equipamentos Submarinos.

Mensagem da Administração

O ano de 2015 representou um marco importante para a consolidação da Companhia no segmento de E&P, como provedora de serviços logísticos integrados, destacando-se a diversificação e ampliação de sua atuação nos serviços de perfuração, completação e manutenção de poços, bem como de avaliação de formações. Iniciamos, ainda, a prestação de serviços de engenharia submarina, atuando na caracterização biológica do leito marinho no Campo de Libra.

Outro aspecto importante foi a extensão da área de atuação da PB-LOG, inicialmente estabelecida nas Bacias de Campos e Santos para as Bacias do Espírito Santo e Sergipe/Alagoas.

Em linha com a proposta de consolidar a Companhia como proeminente prestadora de serviços de E&P no Brasil, iniciamos o ano de 2015 com 5 clientes Consórcios de E&P, e encerramos o exercício com 14

A Administração da PB-LOG monitora as práticas de controles internos, por meio da Auditoria Interna, que tem as seguintes atribuições: auxiliar a organização a manter controles efetivos a partir da avaliação de eficácia e eficiência e da promoção de melhorias contínuas; assegurar o gerenciamento eficaz do desempenho organizacional e a prestação de contas; promover a ética e os valores apropriados dentro da empresa e comunicar as informações relacionadas aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da empresa.

As práticas contábeis foram adaptadas aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Asseguramos sinergia com relação às práticas contábeis e de governança adotadas para as empresas do Sistema Petrobras.

Gestão de Negócios

A PB-LOG norteia-se pelas seguintes diretrizes de organização e gestão:

1. Assegurar transparência, tratamento equânime aos públicos de interesse, prestação de contas e responsabilidade social e ambiental;
2. Zelar pela observância dos aspectos legais e estatutários, bem como o respeito à execução dos atos societários;
3. Atuar de forma alinhada às orientações estratégicas e corporativas definidas pela Assembleia Geral;
4. Utilizar a estratégia do Sistema Petrobras como direcionadora e empregar a gestão por processos como referência na configuração da estrutura organizacional;
5. Adotar padrões corporativos de processos de gestão do Sistema Petrobras;
6. Priorizar o compartilhamento de serviços na realização de processos de suporte, de forma a minimizar o uso de estruturas internas, mediante a assinatura de contratos de prestação de serviços e compartilhamento de custos;
7. Garantir que o modelo de organização e gestão viabilize a mensuração do desempenho do negócio; e
8. Pautar todas as atividades da Companhia baseadas no Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões envolvendo partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado e têm como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

PETROBRAS, cujo principal foco é o fornecimento de serviços no segmento de exploração e produção para Consórcios com atuação offshore operados pela PETROBRAS, mas também com possibilidade de atuação em Consórcios onde a PETROBRAS participa como não operadora e, ainda, naqueles Consórcios não integrados pela PETROBRAS.

Integrante do Sistema Petrobras, a PB-LOG disponibiliza a maior infraestrutura de serviços de E&P disponível no Brasil, cobrindo quase que integralmente a costa brasileira e já se encontra instalada junto aos principais campos produtores offshore. Essa característica permite à PB-LOG dispor de um amplo rol de bens e serviços oferecidos de forma integrada para os seus clientes, tais como:

- Logística Integrada - Serviços de Transporte Marítimo, Aéreo e Terrestre, Armazenagem, Portos, além de resposta a emergências e desocupação médica;
- Poços - Perfuração, Revestimento, Cimentação, Perfilagem, Estimulação, Manutenção, Avaliação, Manutenção e Serviços Especiais;
- Engenharia Submarina - Interligação Submarina, Ancoragem, Avaliação Biológica, Manutenção, Inspeção e Instalação de Equipamentos Submarinos.

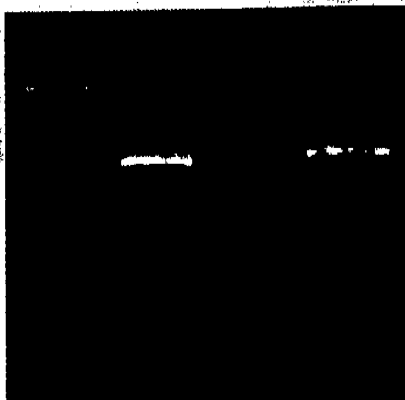
Mensagem da Administração

O ano de 2015 representou um marco importante para a consolidação da Companhia no segmento de E&P, como provedora de serviços logísticos integrados, destacando-se a diversificação e ampliação de sua atuação nos serviços de perfuração, completação e manutenção de poços, bem como de avaliação de formações. Iniciamos, ainda, a prestação de serviços de engenharia submarina, atuando na caracterização biológica do leito marinho no Campo de Libra.

Outro aspecto importante foi a extensão da área de atuação da PB-LOG, inicialmente estabelecida nas Bacias de Campos e Santos para as Bacias do Espírito Santo e Sergipe/Alagoas.

Em linha com a proposta de consolidar a Companhia como proeminente prestadora de serviços de E&P no Brasil, iniciamos o ano de 2015 com 5 clientes Consórcios de E&P, e encerramos o exercício com 14 Consórcios de E&P. Os contratos mais relevantes foram aqueles celebrados com BM-ES-23, BM-S-11 e Libra, que se somaram aos contratos já existentes, celebrados com Albacora Leste, BC-20 (Papa-Terra), BM-S-8 e BM-S-9.

Como reconhecimento dos resultados alcançados em 2014, a PB-LOG conquistou, na edição de 2015 do prêmio "Maiores do Transporte e Melhores do Transporte", dois prêmios nas categorias "Melhor operador logístico e armazenagem" e "Melhor entre as melhores do setor operador de transporte".



O crescimento da PB-LOG não se deu apenas no aspecto operacional, a Companhia também experimentou um significativo crescimento dos seus resultados econômico-financeiros, apurando um Lucro Líquido de R\$ 773 milhões, com EBITDA de R\$ 657 milhões no ano.

A consolidação dos nossos negócios e a perspectiva de crescimento em condições sustentáveis estarão consignadas no Plano Anual de Negócios 2016 e serão reafirmadas no Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

Governança Corporativa

ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Asseguramos sinergia com relação às práticas contábeis e de governança adotadas para as empresas do Sistema Petrobras.

Gestão de Negócios

A PB-LOG norteia-se pelas seguintes diretrizes de organização e gestão:

- Assegurar transparência, tratamento equânime aos públicos de interesse, prestação de contas e responsabilidade social e ambiental;
- Zelar pela observância dos aspectos legais e estatutários, bem como o respeito à execução dos atos societários;
- Atuar de forma alinhada às orientações estratégicas e corporativas definidas pela Assembleia Geral;
- Utilizar a estratégia do Sistema Petrobras como direcionadora e empregar a gestão por processos como referência na configuração da estrutura organizacional;
- Adotar padrões corporativos de processos de gestão do Sistema Petrobras;
- Priorizar o compartilhamento de serviços na realização de processos de suporte, de forma a minimizar o uso de estruturas internas, mediante a assinatura de contratos de prestação de serviços e compartilhamento de custos;
- Garantir que o modelo de organização e gestão viabilize a mensuração do desempenho do negócio; e
- Pautar todas as atividades da Companhia baseadas no Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões envolvendo partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado e têm como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes referentes à transação com partes relacionadas. Não obstante, o sistema de controles internos, a exemplo da PETROBRAS, observa o atendimento dos principais requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- Lei 12846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos nossos parceiros e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, administração direta e indireta, aqui abrangidos Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela PETROBRAS.

Indicadores e Destaques dos Resultados Econômico-Financeiros

Indicadores Operacionais

Indicador	2015	2014
Unidades Marítimas atendidas em serviços de construção de poços e avaliação de formações (sonda.ano) ⁽¹⁾	153	4,6
Unidades Marítimas em produção (Unidade de Produção.ano) ⁽²⁾	8,6	2,3
Construção de Poços e Avaliação de Formações	6	1
Poços realizados (Construção, Manutenção, Completção, Avaliação de Formação, etc.) (unidade) ⁽³⁾		


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

O crescimento da PB-LOG não se deu apenas no aspecto operacional, a Companhia também experimentou um significativo crescimento dos seus resultados econômico-financeiros, apurando um Lucro Líquido de R\$ 773 milhões, com EBITDA de R\$ 657 milhões no ano.

A consolidação dos nossos negócios e a perspectiva de crescimento em condições sustentáveis estarão consignados no Plano Anual de Negócios 2016 e serão reafirmadas no Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

Governança Corporativa

A PB-LOG foi criada em novembro de 2012, com o objetivo de atender as demandas por serviços logísticos na área de E&P. Posteriormente, em 2014, a sua atuação foi expandida face à necessidade de responder aos novos desafios apresentados.

A Companhia desenvolve os seus negócios orientados nas práticas de Governança Corporativa do Sistema Petrobras, zelando pelo seu objeto social e paulando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, ética e responsabilidade corporativa.

A governança corporativa da Companhia é exercida pela atuação (i) da Assembleia Geral, órgão deliberativo máximo; (ii) da Diretoria Executiva, órgão executivo composto pelo Diretor Presidente e pelos Diretores individualmente e (iii) da Auditoria Interna (Figura 1). A Diretoria Executiva da Companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações e um Diretor Corporativo e Financeiro.

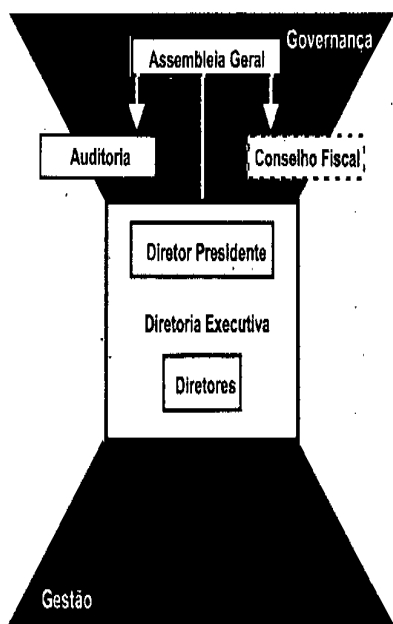


Figura 1; Sistema de Governança da SOCIEDADE

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Companhia, reservando matérias para deliberação exclusiva da sua acionista.

O Conselho Fiscal da Companhia possui função não permanente, não tendo sido instalado no exercício social de 2015. Ressalte-se que o mesmo poderá ser instalado a qualquer momento, conforme previsto no Artigo 161, da Lei nº 6.404/76 e no art. 22 do Estatuto Social da Companhia. O Conselho Fiscal visa garantir o exercício do acionista de fiscalizar a gestão das operações, os resultados apresentados pela administração e

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela PETROBRAS.

Indicadores e Destaques dos Resultados Econômico-Financeiros

Indicadores Operacionais

Indicador Operacional	2015	2014
-----------------------	------	------

Unidades Marítimas atendidas em serviços de construção de poços e avaliação de formações (sonda.ano) ⁽¹⁾	153	4,6
Unidades Marítimas em produção (Unidade de Produção.ano) ⁽²⁾	8,6	2,3

Indicador Operacional	2015	2014
-----------------------	------	------

Construção de Poços e Avaliação de Formações	6	1
Poços realizados (Construção, Manutenção, Completação, Avaliação de Formação, etc.) (unidade) ⁽³⁾		

1. Número equivalente de Unidades Marítimas em construção de poços e avaliação de formação, atendidas por logística integrada.
2. Número equivalente de Unidades Marítimas em produção, atendidas por logística integrada.
3. Números de poços efetivados para suas construção e/ou avaliação de formação

A Logística Integrada se faz presente desde o início das operações da PB-LOG. Em 2015, a Companhia experimentou um crescimento relevante através da diversificação de suas atividades, conforme se observa nos indicadores acima. Os números da logística também podem ser analisados sob outra ótica, na qual ocorre aumento de 2.500 para 8.000 dias de operações, quando comparado 2015 com o realizado em 2014. Os Serviços de Poços, incluindo avaliação de formações, também cresceram neste ano, destacando-se os prestados para o Consórcio de Libra.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
------------------------------	------	------	------

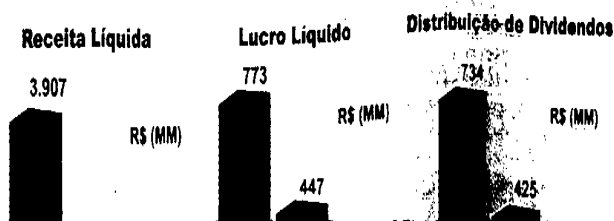
Margem bruta (%) (Lucro bruto/Receita líquida)	18%	27%	5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) % (Lucro líquido/Patrimônio líquido)	22%	13%	6%

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
------------------------------	------	------	------

Receita líquida (R\$MM)	3.907	1.106	51
Lucro bruto (R\$MM)	686	293	2
Lucro líquido (R\$MM)	773	447	197
Dividendos propostos (R\$MM)	734	425	187

A desaceleração da economia, combinada com a desvalorização do real frente ao dólar, trouxe desafios significativos para a Companhia. Mesmo diante deste cenário, a PB-LOG conseguiu ampliar sua carteira de clientes e diversificar seu portfólio de serviços, garantindo o retorno financeiro na geração de lucro relevante para o acionista.

Destaques Econômico-Financeiros



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

A governança corporativa da Companhia é exercida pela atuação (i) da Assembleia Geral, órgão deliberativo máximo; (ii) da Diretoria Executiva, órgão executivo composto pelo Diretor Presidente e pelos Diretores individualmente e (iii) da Auditoria Interna (Figura 1). A Diretoria Executiva da Companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações e um Diretor Corporativo e Financeiro.

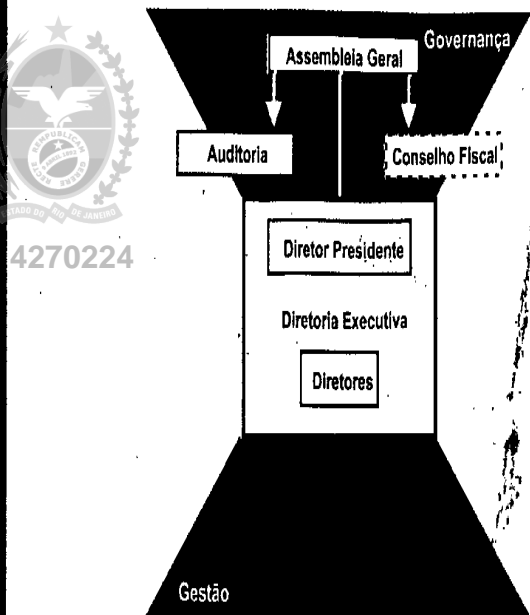


Figura 1; Sistema de Governança da SOCIEDADE

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Companhia, reservando matérias para deliberação exclusiva da sua acionista.

O Conselho Fiscal da Companhia possui função não permanente, não tendo sido instalado no exercício social de 2015. Ressalte-se que o mesmo poderá ser instalado a qualquer momento, conforme previsto no Artigo 161, da Lei nº 6.404/76 e no art. 22 do Estatuto Social da Companhia. O Conselho Fiscal visa garantir o exercício do acionista de fiscalizar a gestão dos negócios, os resultados apresentados pela administração e as variações patrimoniais.

A Companhia possui o órgão de Auditoria Interna, que tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização como: TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros, com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, assegurando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela PETROBRAS.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam a todo o Sistema Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da PETROBRAS.

O Sistema Petrobras possui um Código de Ética e Guia de Conduta, dentre outras normas e orientações, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços, havendo referência, inclusive, à recusa a práticas de concorrência desleal. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Ética e do Guia de Conduta.

Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou, em 2015, a adoção do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção – PPPC.

A Logística integrada se faz presente desde o início das operações da PB-LOG em 2010; a Companhia experimentou um crescimento relevante através da diversificação de suas atividades, conforme se observa nos indicadores acima. Os números da logística também podem ser analisados sob outra ótica, na qual ocorre aumento de 2.500 para 8.000 dias de operações, quando comparado 2015 com o realizado em 2014. Os Serviços de Poços, incluindo avaliação de formações, também cresceram neste ano, destacando-se os prestados para o Consórcio de Libra.

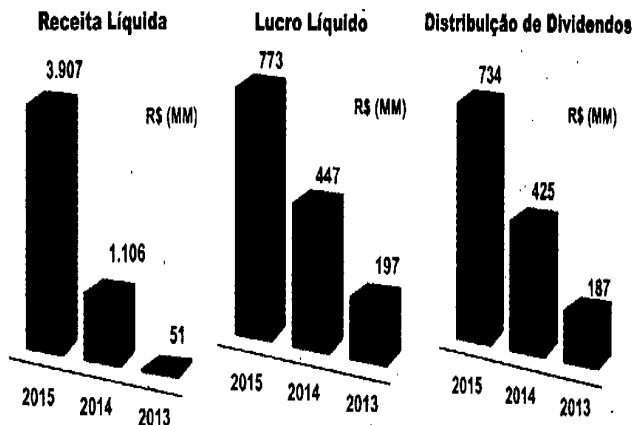
Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Margem bruta (%) (Lucro bruto/Receita Líquida)	18%	27%	5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) % (Lucro Líquido/Patrimônio líquido)	22%	13%	6%

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014	2013
Receita líquida (R\$MM)	3.907	1.106	51
Lucro bruto (R\$MM)	686	293	2
Lucro líquido (R\$MM)	773	447	197
Dividendos propostos (R\$MM)	734	425	187

A desaceleração da economia, combinada com a desvalorização do real frente ao dólar, trouxe desafios significativos para a Companhia. Mesmo diante deste cenário, a PB-LOG conseguiu ampliar sua carteira de clientes e diversificar seu portfólio de serviços, garantindo o retorno financeiro na geração de lucro relevante para o acionista.

Destques Econômico-Financeiros



A Receita Líquida de 2015, decorrente do aumento da prestação de serviços, apresentou um crescimento de 253%, ante 2014.

O Lucro Líquido registrou um crescimento de 73% em relação ao ano de 2014, resultante da eficiência operacional e financeira da Companhia.

A destinação de resultados para o acionista, em 2015, proporcionou dividendos propostos e adicionais equivalente à 95% do lucro líquido do ano.

A Companhia vem distribuindo dividendos desde 2013 e, até o período em análise, registra o montante de R\$ 1.346 milhões.

continua...

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

continuação


PETROBRAS
Ministério de
Minas e Energia
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de Dezembro
 (Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo			(*)	Passivo			(*)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1.052	Fornecedores - Terceiros	7	71.441	
Contas a receber, líquidas	5	3.496.855	3.211.310	Fornecedores - Partes relacionadas	11	508.944	261.174
Contas a receber - Partes relacionadas	7	642.480	397.135	Debêntures	13.5	84.254	97.556
Impostos a recuperar	6	242.929	109.214	Dividendos e JCP propostos	9	490.664	162.278
		4.382.266	3.718.711	Impostos e contribuições a recolher		46.806	21.120
				Outras contas a pagar		108	816
Não Circulante						1.202.217	542.944
Impostos a recuperar	6	38.449	35.466	Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	394.388	479.912	Debêntures	11	128.539	198.148
Depósitos judiciais		2.868	3.419	Contingências	12	1.456	1.329
Imobilizado		11	13			129.995	199.477
		435.716	518.810	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo		4.817.982	4.237.521	Capital social	13.1	3.162.458	3.162.458
				Reserva legal	13.3	108.974	70.311
				Reserva especial de dividendos	13.4	214.338	262.331
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.817.982	4.237.521

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	15	3.907.022	1.106.180
Custos dos serviços prestados	20	(3.221.103)	(812.728)
Lucro Bruto		685.919	293.452
Despesas tributárias	20	(11.633)	-
Despesas administrativas	20	(20.078)	(13.747)
Outras receitas	19	3.444	1.370

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	773.255	446.957
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2	1
Provisão para contingências	127	421
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.524	40.122
Encargos financeiros, variação monetária sobre financiamentos/debêntures e		


 Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Lucro líquido do exercício por ação		
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)	0,33	0,19
Quantidade média de ações durante o exercício	2.360.959.993	2.360.959.993

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	2015	2014
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	4.474.205	1.256.999
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(3.242.051)	(828.235)
Valor adicionado bruto	1.232.154	428.764
Retenções		
Depreciação	(2)	(1)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.232.152	428.763
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	441.087	401.892
Valor adicionado total a distribuir	1.673.239	830.655
Distribuição do valor adicionado		
	1.673.239	830.655
Tributos		
	860.258	283.467
Federais		
	624.802	210.440
Municipais		
	149.932	32.905
Contribuição social e imposto de renda diferidos	85.524	40.122
Instituições financeiras e fornecedores		
	39.726	100.231
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e alugueis		
	39.726	100.231
Acionistas		
	773.255	446.957
Lucros retidos		
	773.255	446.957
Valor adicionado distribuído	1.673.239	830.655

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado		(11)
Resgate (investimentos) em ativos financeiros	145.604	1.033.899
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento	145.604	1.033.888
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Amortização financiamentos e debêntures	(120.798)	(901.182)
Pagamento de dividendos	(424.609)	(187.439)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(545.407)	(1.088.621)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.050)	(2.028)
Demonstração do aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.052	3.080
No fim do exercício	2	1.052
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.050)	(2.028)

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.162.458	47.963	140.579	-	3.351.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	446.957	446.957
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(140.579)	-	(140.579)
Reserva legal	-	22.348	-	(22.348)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(162.278)	(162.278)
Dividendos adicionais propostos	-	-	262.331	(262.331)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.162.458	70.311	262.331	-	3.495.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	773.255	773.255
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(262.331)	-	(262.331)
Reserva legal	-	38.663	-	(38.663)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(197.271)	(197.271)
Dividendos intermediários	-	-	-	(322.983)	(322.983)
Dividendos adicionais propostos	-	-	214.338	(214.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.162.458	108.974	214.338	-	3.485.770

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

1. Contexto operacional

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Sociedade iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens e serviços à atividade de exploração e produção, além de serviços

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Sociedade em 09 de março de 2016.


2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Valor adicionado total a distribuir	1.673.239	830.655
Distribuição do valor adicionado	1.673.239	830.655
Tributos	860.258	283.467
Federais	624.802	210.440
Municipais	149.932	32.905
Contribuição social e imposto de renda diferidos	85.524	40.122
Instituições financeiras e fornecedores	39.726	100.231
Despesas financeiras, juros, variações cambiais passivas e alugueis	39.726	100.231
Acionistas	773.255	446.957
Lucros retidos	773.255	446.957
Valor adicionado distribuído	1.673.239	830.655

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Social	Legal	Propostos	Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.162.458	47.963	140.579	-	3.351.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	446.957	446.957
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(140.579)	-	(140.579)
Reserva legal	-	22.348	-	(22.348)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(162.278)	(162.278)
Dividendos adicionais propostos	-	-	262.331	(282.331)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.162.458	70.311	262.331	-	3.495.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	773.255	773.255
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(262.331)	-	(262.331)
Reserva legal	-	38.663	-	(38.663)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(197.271)	(197.271)
Dividendos intermediários	-	-	-	(322.983)	(322.983)
Dividendos adicionais propostos	-	-	214.338	(214.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.162.458	108.974	214.338	-	3.485.770

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro

(Expresso em milhares de reais, a menos que haja outra indicação)

1. Contexto operacional

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Sociedade iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e às operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos.

O início das operações inerentes ao novo objeto social da PB-LOG concretizou-se no dia 11 de novembro de 2013, quando foram assinados os dois primeiros contratos com o Consórcio BC-20, para fins de prestação de serviços marítimos e logísticos para as unidades marítimas de exploração e produção da Petrobras.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da Sociedade, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. Dessa forma, em 8 de julho de 2014, a PB-LOG pode assinar com o consórcio de Libra contratos para as atividades de Prestação de Serviços de Construção de Poços Marítimos, Prestação de Serviços Logísticos para Unidades Marítimas, e também para Prestação de Serviços de Apoio Marítimo. Os três contratos são referentes ao atendimento aos poços L1-NW1 e L2-C1 que são os poços iniciais da campanha exploratória do Consórcio Libra, operado pela Petrobras (40%) em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda. (20%), Total E&P do Brasil Ltda. (20%), CNODC Brasil Petróleo e Gas Ltda. (10%) e a ÇNOOC Petroleum Brasil Ltda. (10%), juntamente com a companhia estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na qualidade de gestora do contrato através do regime de Partilha de Produção.

Durante o ano de 2015 a Companhia assinou novos contratos de prestação de serviços Logísticos e de Apoio Marítimo com os Consórcios BM-S-11, BM-POT-17, BM-ES-23 e com a concessão BM-S-36 (projeto Tartaruga Mestiça).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Sociedade em 09 de março de 2016.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados a valor justo.

2.3. Reclassificação das demonstrações contábeis

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia, e estão detalhadas a seguir:

- Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentados no ativo circulante, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para contas a receber - ativos financeiros (nota explicativa 5).

A seguir, os efeitos dessas reclassificações no Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial	31.12.2014		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	3.212.135	(3.211.083)	1.052
Contas a receber - ativos financeiros	-	3.211.083	3.211.083
Total	3.212.135	-	3.212.135

continua..


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação



4270228

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras



2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no pronunciamento CPC 02 - Eleitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos e contingências trabalhistas (Notas Explicativas 10 e 12, respectivamente). Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade não reconhece como ativos financeiros os derivativos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.9. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade e dividido pelas ações ordinárias no respectivo exercício.

3.10. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas emitidas pelo IASB em 2015 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes.	1º de janeiro de 2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A

Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

taxas de câmbio nas datas das transações e passivos financeiros originados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Depósitos bancários que tenham limitações para utilização são apresentados de forma segregada ao caixa e equivalentes de caixa.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade.

A Sociedade avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

3.2.4. Capital Social

O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.3.2. Depreciação

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas emitidas pelo IASB em 2015 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquira participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Sociedade estima que suas adoções não trarão impactos significativos às suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa		(*)
Caixa e Bancos	2	5
Aplicações financeiras - Fundo SBB	-	1.047
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
Cientes - Terceiros	494	488
Recebíveis de ativos financeiros (a)	3.496.842	3.211.083
	3.497.338	3.211.571
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(481)	(261)
Contas a Receber, líquidas	3.496.855	3.211.310

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

(a) Recebíveis de ativos financeiros

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

3.2.4. Capital Social

O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.3.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.4.2. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
Caixa e Bancos	2	5
Aplicações financeiras - Fundo SBB	-	1.047
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
Cientes - Terceiros	494	488
Receíveis de ativos financeiros (a)	3.496.842	3.211.083
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	3.497.336	3.211.571
Contas a Receber, líquidas	(481)	(261)
	3.496.855	3.211.310

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 7.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social	161.894	73.872
PIS/COFINS	119.471	70.795
Outros	13	13
Circulante	281.378	144.680
Não Circulante	242.929	109.214
	38.449	35.466
	281.378	144.680

O imposto de renda e contribuição social foram impactados pelo benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 14.d) e serão realizados pelas operações normais da empresa. Para fins de recuperação do saldo de R\$ 38.449 de PIS/COFINS registrado no ativo não circulante, foi ingressado processo com pedido de restituição junto à Receita Federal.

7. Partes Relacionadas

	2015				Total
	Petróleo América Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro Petrobras (b)	Downstream Participações (a)	Petrobras Transportadora Petro (b)	
Ativo Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	50	637.818	1.982	2.830	642.480
Passivo Circulante					
Fornecedores					
Empresas Ligadas	-	508.944	-	-	508.944
Dividendos	-	490.664	-	-	490.664
Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
Receita por prestação de serviços	-	3.904.538	-	2.484	3.907.022
Custos dos serviços prestados	-	(2.769.396)	-	-	(2.769.396)
Outras receitas (Nota 19)	-	3.444	-	-	3.444

3.3.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda leve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.4.2. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido.

(*) Reapresentado, conforme Nota Explicativa 2.3

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 7.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	161.894	73.872
PIS/COFINS.....	119.471	70.795
Outros.....	13	13
	281.378	144.680
Circulante.....	242.929	109.214
Não Circulante.....	38.449	35.466
	281.378	144.680

O imposto de renda e contribuição social foram impactados pelo benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (Nota 14.d) e serão realizados pelas operações normais da empresa.

Para fins de recuperação do saldo de R\$ 38.449 de PIS/COFINS registrado no ativo não circulante, foi ingressado processo com pedido de restituição junto à Receita Federal.

7. Partes Relacionadas

	2015				
	Petróleo América Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro Petrobras (b)	Downstream Participações (a)	Petrobras Transportadora Petro (b)	Total

Ativo Circulante

Contas a Receber					
Empresas ligadas.....	50	637.618	1.982	2.830	642.480

Passivo Circulante

Fornecedores					
Empresas Ligadas.....	-	508.944	-	-	508.944
Dividendos.....	-	490.684	-	-	490.684

Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Receita por prestação de serviços.....	-	3.904.538	-	2.484	3.907.022
Custos dos serviços prestados.....	-	(2.769.396)	-	-	(2.769.396)
Outras receitas (Nota 19).....	-	3.444	-	-	3.444

	2014				
	Petróleo América Inc. - PAI (a)	Petróleo Brasileiro Petrobras (b)	Downstream Participações (a)	Petrobras Transportadora Petro (b)	Total

Ativo Circulante

Contas a Receber					
Empresas ligadas.....	50	395.672	1.413	-	397.135

Passivo Circulante

Fornecedores.....					
Empresas Ligadas.....	-	261.174	-	-	261.174
Dividendos.....	-	162.278	-	-	162.278

Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Receita prestação de serviços.....	-	1.106.180	-	-	1.106.180
Custos dos serviços prestados.....	-	(812.728)	-	-	(812.728)

(a) Refere-se a operações comerciais da antiga REFAP.

(b) Refere-se a operações de prestação de serviços de logística, construção de poços e apoio marítimo.

continua...


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação



 GOVERNO FEDERAL
 Ministério de
 Minas e Energia



4270232

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

8. Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício de 2015, tomando como base o mês de dezembro, a maior remuneração verificada entre os dirigentes foi de R\$ 62 (R\$ 64 em 2014), considerando adicional de férias. Vale destacar que os dirigentes da Sociedade possuem os mesmos benefícios concedidos aos demais empregados da Petrobras.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Sociedade durante o exercício de 2015 foi de R\$ 1.260 (R\$ 1.198 no exercício de 2014), referente a 2 diretores (também 2 diretores em 2014).

9. Impostos e contribuições sociais a recolher

	2015	2014
PIS/COFINS retido na fonte.....		3.467
Imposto sobre Serviços.....	45.317	13.110
Impostos retido na fonte.....	1.489	4.543
Total de Impostos a Recolher.....	46.806	21.120

10. Imposto e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas trimestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2015	2014
Prejuízo Fiscal.....	393.915	479.367
Outros.....	473	545
Ativo Não Circulante.....	394.388	479.912

Realização do prejuízo fiscal, do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Durante o ano de 2015 houve a compensação de R\$ 251.329 referente ao prejuízo fiscal gerado até 2012, cabendo ressaltar que desde o exercício de 2013 a companhia tem apresentado lucro fiscal.

A compensação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 393.915 (oriundo de prejuízo fiscal) ocorrerá baseada em lucros tributáveis futuros da Sociedade, e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A compensação do saldo remanescente realizar-se-á no prazo máximo de três anos conforme projeções atualizadas do Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Futuros.

	2015	2016	2017
Prejuízo Fiscal Acumulado (em 31/12/2014 - R\$ 1.409.903).....			
Aproveitamento do prejuízo fiscal.....	251.329	474.702	683.872
Saldo do prejuízo fiscal em 31 de dezembro.....	1.158.574	683.872	-

Os prejuízos fiscais acumulados da Sociedade não têm data de prescrição, conforme legislação fiscal vigente.

13.5. Dividendos propostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os dividendos foram calculados de acordo com o artigo 202 da Lei nº 11.638/07 e estão assim demonstrados:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício.....	773.255	446.957
Constituição da Reserva Legal.....	(38.663)	(22.348)
Lucro básico pra determinação do dividendo.....	734.592	424.609
Dividendos obrigatórios - 25%.....	183.648	106.152
Dividendos Propostos.....	183.648	106.152
Dividendos obrigatórios.....	139.335	56.126
Dividendos Intermediários - aprovado em AGE - 17/12/2015.....	197.271	-
Juros sobre capital próprio - aprovado em AGE - 17/12/2015.....	214.338	262.331
Dividendos adicionais propostos.....	734.592	424.609

Em 17 de dezembro de 2015, a AGE da PB LOG aprovou a proposta de distribuição de lucros sobre a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, no montante de R\$ 197.271 (R\$ 162.278 em 2014) e Dividendos Intermediários, no montante de R\$ 322.983.

Os juros sobre o capital próprio terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2015 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Esses juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício de 2015 e contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 67.072 (R\$ 55.175 em 2014).

14. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade são os seguintes:

	2015	2014
Ativo.....		

 Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Ativo Não Circulante 394.388 479.912

Realização do prejuízo fiscal, do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Durante o ano de 2015 houve a compensação de R\$ 251.329 referente ao prejuízo fiscal gerado até 2012, cabendo ressaltar que desde o exercício de 2013 a companhia tem apresentado lucro fiscal.

A compensação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 393.915 (onduo de prejuízo fiscal) ocorrerá baseada em lucros tributáveis futuros da Sociedade, e está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A compensação do saldo remanescente realizar-se-á no prazo máximo de três anos conforme projeções atualizadas do Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Futuros.

Prejuízo Fiscal Acumulado (em 31/12/2014 - R\$ 1.409.903)	2015	2016	2017
Aproveitamento do prejuízo fiscal	251.329	474.702	683.872
Saldo do prejuízo fiscal em 31 de dezembro	1.158.574	683.872	

Os prejuízos fiscais acumulados da Sociedade não têm data de prescrição, conforme legislação fiscal vigente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há ativos ou passivos fiscais diferidos não reconhecidos pela Sociedade.

11. Financiamentos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

a) Em 2 de agosto de 2006 a Assembleia Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A. aprovou a emissão privada de 852,6 milhões de debêntures simples, não conversíveis, nominativas, privadas e escriturais no montante de R\$ 852.600, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais processada.

A emissão tem as seguintes características: emissão em 31 de agosto de 2006 com amortização em 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP +3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES +2,3% a.a.

Em 30 de agosto de 2006, foi assinado o Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada. Estas debêntures venceram em fevereiro de 2015.

b) Em 27 de maio de 2008 a Assembleia Geral Extraordinária da Alberto Pasqualini - REFAP S.A., autorizou a 2ª emissão de até 507.989 debêntures simples, privadas, não conversíveis e nominativas pela Sociedade, em quatro séries, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 507.989. Em 2011, foram subscritas o saldo de 198.751 debêntures, totalizando a segunda emissão.

As emissões visaram a modernização do parque industrial com implantação das unidades de Tratamento de Gasolina (HDS), de Tratamento de Diesel (USD), além de outros investimentos relacionados à esta.

As debêntures têm as seguintes características: emissão em 30 de maio de 2008 em quatro séries: a 1ª série de 12.352 debêntures; a 2ª série de 111.169 debêntures, com prazo de amortização em 96 meses a partir de 15 dias do término da carência em 15/10/2009. A 3ª série de 38.447 debêntures com prazo de 90 meses e a 4ª série de 346.021 debêntures, com prazo de 78 meses. O prazo a que se refere a 3ª e 4ª subscrição inicia-se a partir de 15 dias do término da carência, que é de 35 e 45 meses, respectivamente.

Sobre as debêntures da 1ª e 3ª séries incidem juros à taxa de 1,96% a. a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,46% a. a. acima da TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a. a. será capitalizado.

O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	295.704	1.096.840
Juros, atualizações monetárias	37.887	100.046
Amortizações / Baixas	(120.798)	(901.182)
Saldo Final	212.793	295.704
Circulante	84.254	97.556
Não Circulante	128.539	198.148
	212.793	295.704
Vencimentos dos Financiamentos (Não Circulante)		
2016		78.127
2017	78.176	73.061
2018	50.363	46.960

é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade são os seguintes:

	2015	2014
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.052
Recebíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber - partes relacionadas	642.480	397.135
Contas a receber, líquidas	3.496.855	3.211.310
	4.139.337	3.609.497
Passivo		
Passivos financeiros não derivativos - mensuráveis a custo amortizado		
Fornecedores - terceiros	71.441	
Fornecedores - partes relacionadas	508.944	261.174
Debêntures	212.793	295.704
	793.178	556.878

Mensuração dos instrumentos financeiros:

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são próximos aos seus valores contábeis.

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

14.1. Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou associados por instituições financeiras. A exposição ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros no montante de R\$ 3.496.844 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.211.315 em 2014) e contas a receber no montante de R\$ 642.483 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 397.362 em 2014).

Os valores referentes a contas a receber no mercado interno são integralmente referentes às partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 7.

O cliente relevante da Sociedade é a sua controladora, a Petrobras, responsável por R\$ 637.618 (equivalentes a 99% do saldo total) dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 395.672 em 31 de dezembro de 2014).

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	2015	2014
Recebíveis		
A vencer	640.448	394.208
Vencidos a mais de 30 dias	2.045	3.154
	642.493	397.362

A Sociedade não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

14.2. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Fluxo de				A partir		
	Valor Contábil contratual	Caixa	2015	2016		2017	2018
Em 31 de dezembro de 2015							
Passivos financeiros não							


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

meses, respectivamente. Sobre as debêntures da 1ª e 3ª séries incidem juros à taxa de 1,96% a. a. acima da taxa variável publicada trimestralmente pelo BNDES no Diário Oficial da União. As debêntures da 2ª e 4ª séries serão remuneradas à taxa de 3,45% a. a. acima da TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a. a. será capitalizado. O saldo nesta data e as movimentações são demonstrados a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial.....	295.704	1.096.840
Juros, atualizações monetárias.....	37.887	100.046
Amortizações / Baixas.....	(120.798)	(901.182)
Saldo Final.....	212.793	295.704
Circulante.....	84.254	97.556
Não Circulante.....	128.539	198.148
	212.793	295.704
Encargamentos dos Financiamentos (Não Circulante)		
2016.....		78.127
2017.....	78.176	73.061
2018.....	50.363	46.960
	128.539	198.148

12. Contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações oriundas da REFAP, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As ações trabalhistas da REFAP em sua totalidade foram assumidas pela Petrobras em 2012, no entanto, foi constituída provisão no valor de R\$ 1.456 (R\$ 1.329 em 2014); para as demais ações não foi constituída provisão.

Os processos judiciais não provisionados, consubstanciados na opinião de seus assessores jurídicos devido ao prognóstico de perdas possíveis, representam os seguintes montantes:

Natureza	2015	2014
Fiscais.....	83.201	77.649
Trabalhistas.....	6.596	9.313
	89.797	86.962

Os processos judiciais de natureza fiscal referem-se, principalmente a: (i) a auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de PIS/COFINS sobre importações de produtos realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 34.582; (ii) a auto de infração lavrado pela Receita Federal referente a glosa de pedidos de compensação de PIS/COFINS sobre transações comerciais de derivados de petróleo realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 48.184.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social é composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social é de R\$ 3.162.458.

13.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

13.3. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendo adicional proposto

Em 13 de maio de 2016, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio com base no lucro líquido apurado no exercício de 2015. A proposição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo obrigatório é de R\$ 183.648 mais o adicional de R\$ 336.606, totalizando R\$ 520.254, reconhecidos no passivo circulante, e

O vencimento dos recebíveis concordados na data das demonstrações contábeis era:

	2015	2014
Recebíveis		
A vencer.....	640.448	394.208
Vencidos a mais de 30 dias.....	2.045	3.154
	642.493	397.362

A Sociedade não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

14.2. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Fluxo de					A partir
	Valor Contábil	Caixa contratual	2015	2016	2017	
Em 31 de dezembro de 2015						
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores.....	71.441	71.441	71.441			
Debêntures.....	212.793	236.614		98.440	85.986	52.188
Partes relacionadas.....	508.944	508.944	508.944			
Total.....	793.178	816.999	580.385	98.440	85.986	52.188
Em 31 de dezembro de 2014						
Passivos financeiros não derivativos						
Debêntures.....	295.704	335.311	115.876	91.090	79.812	48.533
Fornecedores.....	261.174	261.174	261.174			
Total.....	556.878	596.485	377.050	91.090	79.812	48.533

14.3. Risco de taxa de juros

A Sociedade possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

14.4. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa.....	2	2	1.052	1.052
Contas a receber - ativos financeiros....	3.496.855	3.496.842	3.211.310	3.211.083
Debêntures.....	(212.793)	(192.116)	(295.704)	(276.700)

O valor justo das debêntures, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações contábeis.

14.5. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado a que está exposta a Sociedade tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio.

A Sociedade adota uma sistemática para acompanhamento e gestão da exposição cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida.

15. Receita operacional

Abaixo apresentamos a composição das receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Receita Bruta.....


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Saldo Final	212.793	295.704
Circulante	84.254	97.556
Não Circulante	128.539	198.148
	212.793	295.704
Vencimentos dos Financiamentos (Não Circulante)		
2016	-	78.127
2017	78.176	73.061
2018	50.363	46.960
	128.539	198.148

12. Contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações oriundas da REFAP, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As ações trabalhistas da REFAP em sua totalidade foram assumidas pela Petrobras em 2012, no entanto, foi constituída provisão no valor de R\$ 1.456 (R\$ 1.329 em 2014), para as demais ações não foi constituída provisão.

Os processos judiciais não provisionados, consubstanciados na opinião de seus assessores jurídicos devido ao prognóstico de perdas possíveis, representam os seguintes montantes:

Natureza	2015	2014
Fiscais	83.201	77.649
Trabalhistas	6.596	9.313
	89.797	86.962

Os processos judiciais de natureza fiscal referem-se, principalmente a: (i) a auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de PIS/COFINS sobre importações de produtos realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 34.582; (ii) a auto de infração lavrado pela Receita Federal referente, a glosa de pedidos de compensação de PIS/COFINS sobre transações comerciais de derivados de petróleo realizadas pela antiga REFAP S.A. no valor de R\$ 48.184.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social é composto por 2.360.958.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social é de R\$ 3.162.458.

13.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

13.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

13.4. Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos e JCP no valor de R\$ 734.592 com base no lucro líquido apurado no exercício de 2015. A proposição da administração será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo obrigatório (25% conforme o estatuto social), no valor de R\$ 183.648 mais o adicional de R\$ 336.806, ambos aprovados em AGE de 17 de dezembro de 2015, foram reconhecidos no passivo circulante, e o restante, no valor de R\$ 214.338, será mantido como "Dividendo Adicional Proposto", no patrimônio líquido, conforme disposto no Pronunciamento Técnico ICPC 08, até a deliberação da Assembleia.

Condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23/06/2006.

14.2. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Fluxo de					A partir
	Valor Contábil	Caixa contratual	2015	2016	2017	
Em 31 de dezembro de 2015						
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	71.441	71.441	71.441	-	-	-
Debêntures	212.793	236.614	-	98.440	85.986	52.188
Partes relacionadas	508.944	508.944	508.944	-	-	-
Total	793.178	816.999	580.385	98.440	85.986	52.188
Em 31 de dezembro de 2014						
Passivos financeiros não derivativos						
Debêntures	295.704	335.311	115.876	91.090	79.812	48.533
Fornecedores	261.174	261.174	261.174	-	-	-
Total	556.878	596.485	377.050	91.090	79.812	48.533

14.3. Risco de taxa de juros

A Sociedade possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem melhorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

14.4. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	2	2	1.052	1.052
Contas a receber - ativos financeiros	3.496.855	3.496.842	3.211.310	3.211.083
Debêntures	(212.793)	(192.116)	(295.704)	(276.700)

O valor justo das debêntures, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações contábeis.

14.5. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado a que está exposta a Sociedade tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio.

A Sociedade adota uma sistemática para acompanhamento e gestão da exposição cambial que tem como escopo a mensuração da exposição cambial líquida do fluxo de caixa operacional e atuação na gestão da dívida.

15. Receita operacional

Abaixo apresentamos a composição das receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita Bruta	4.470.761	1.255.190
Menos:		
Impostos sobre vendas e Serviços	(563.739)	(149.010)
	3.907.022	1.106.180

continua...

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
 Nire: 33300306447
 Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47
 Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

continuação

BR PETROBRASMinistério de
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

0236

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 — Empresa do Sistema Petrobras

16. Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Juros	434.287	387.908
Variações monetárias ativas	6.801	13.962
Variações cambiais líquidas	-	2
	441.087	401.892
Despesas Financeiras		
Juros	21.494	95.222
Variações monetárias passivas	18.231	4.961
Variações cambiais líquidas	-	48
	39.726	100.231

17. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2015	2014
Despesa de imposto corrente		
Exercício Corrente	199.363	94.335
	199.363	94.335
Despesa de imposto diferido		
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	85.524	40.122
	85.524	40.122
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	284.887	134.457

	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social e participações	1.058.142	581.414
Aliquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	359.768	197.681
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	(7.809)	(8.049)
Juros sobre Capital Próprio - JCP	(67.072)	(55.175)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	284.887	134.457
Aliquota efetiva	27%	23%

18. Outras despesas

	2015	2014
Despesas com perdas e provisão para contingências	809	692
Despesas com formação de PCLD	62	173
Outros	-	457
	871	1.322

19. Outras receitas**20. Despesas e custos por natureza**

	2015	2014
Despesas Administrativas	(20.078)	(13.747)
Despesas com pessoal cedido	(12.011)	(7.532)
Outras despesas administrativas	(8.065)	(6.214)
Depreciação e amortização	(2)	(1)
Despesas Tributárias (*)	(11.633)	-
Despesas tributárias	(11.633)	-
Custos dos serviços prestados	(3.221.103)	(812.728)
Serviços de apoio logístico	(946.998)	(152.455)
Serviços de apoio marítimo	(1.404.131)	(170.267)
Serviços de construção de poços	(867.944)	(490.006)
Serviços de Engenharia Submarina	(2.029)	-
	(3.252.814)	(826.475)

(*) Referem-se ao PIS/COFINS que, a partir de julho/15, passaram a incidir sobre as receitas financeiras, em consonância com o Decreto 8.426/15, de 1º de abril de 2015, que restabeleceu a incidência parcial das contribuições sociais do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras para os contribuintes optantes pela sistemática não cumulativa.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice cobre, inclusive, os danos provenientes de poluição, desde que de origem súbita e acidental.


DIRETORIA EXECUTIVAIlton José Rossetto Filho
Diretor PresidenteJunta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADDC747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

	199.363	94.335
Despesa de imposto diferido		
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	85.524	40.122
	85.524	40.122
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	284.887	134.457
	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social e participações	1.058.142	581.414
Alíquota fiscal combinada	- 34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	359.768	197.681
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	(7.809)	(8.049)
Juros sobre Capital Próprio - JCP	(67.072)	(55.175)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	284.887	134.457
Alíquota efetiva	27%	23%

18. Outras despesas

	2015	2014
Despesas com perdas e provisão para contingências	809	692
Despesas com formação de PCLD	62	173
Outros	871	1.322

19. Outras receitas

	2015	2014
Recuperação de PIS / COFINS	-	931
Transação extra-judicial - contas a receber e outros	-	439
Receitas eventuais - perdão de dívida (Petrobras)	3.444	-
	3.444	1.370

(*) Referem-se ao PIS/COFINS que, a partir de julho/15, passaram a incidir sobre as receitas financeiras, em consonância com o Decreto 8.426/15, de 1º de abril de 2015, que restabeleceu a incidência parcial das contribuições sociais do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras para os contribuintes optantes pela sistemática não cumulativa.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade adota, em conjunto com a Petrobras, o sistema misto para proteção de seu patrimônio, utilizando seguro de acordo com as características dos bens, relevância e valor de reposição dos ativos e dos riscos a que estejam expostos, observando os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Petrobras e suas Subsidiárias possuem uma apólice de responsabilidade civil que as protege contra danos materiais e pessoais causados a terceiros em virtude de suas operações. Esta apólice cobre, inclusive, os danos provenientes de poluição, desde que de origem súbita e acidental.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ilton José Rossetto Filho
Diretor Presidente

Claudio José e Silva
Diretor Corporativo e Financeiro

Ilton José Rossetto Filho
Diretor de Operações Interino

Marcio de Castro Barboza
Contador - CRC/RJ 095491/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (a "Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações contábeis, que descreve que a Sociedade mantém saldos e realiza transações com sua controladora em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar -

demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2016.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORACAO E PRODUCAO S A
Nire: 33300306447

Protocolo: 0020162047525 - 25/05/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 602BE5C0E0D92B1AE83155D239EC71B398ADD747237C66077D1956442CF5F47

Arquivamento: 00002907167 - 08/06/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral